

45
ANOS



**Centro de
Cultura
Luiz Freire**
Democracia e Direitos Humanos

**EXISTIR E RESISTIR PELA
DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Rua 27 de Janeiro,181, Carmo, Olinda, PE, Brasil, 53020-020 - Fone: 55(81)3301.5241
CNPJ 10.400.661.0001/68 - Email: cclf@cclf.org.br site: www.cclf.org.br

ÍNDICE:

Apresentação	05
1.Objetivo geral da entidade	05
Objetivos da entidade / estatuto social	05
Visão	06
Missão	06
Campo de Atuação	06
Públicos e Parceiros	06
2. Atividades	07
2.1 - Desenvolvimento Institucional	07
2.2.1 - Comunicação Institucional	08
Recursos Humanos- área meio	09
Resultados obtidos a partir das atividades realizadas	10
3. Democratização da Gestão Pública	10
3.1 - Programa de Mobilização e Incidência Social pelo Direito Humano à Comunicação	10
3.1.1 - TV Viva	17
Dia / horário / periodicidade	18
Público	18
Quantidade de pessoas atendidas	18
Recursos humanos	18
Abrangência territorial	18
Resultados obtidos a partir das atividades realizadas	19
Origem dos recursos financeiros	19
Parcerias do programa de mobilização e incidência social pelo direito humano à comunicação	19
3.2 - Programa em Defesa do Direito à Educação e à Cultura	20
3.2.1 - Formação de formadores/as	21
Público	20
Mobilização de recursos para essa ação	21
3.2.2 – Palestras e oficinas	21
Público	22
Recursos mobilizados para as ações	22
3.2.3 – Qualificação e fortalecimento da luta pelo direito à luta.....	22
Público	23
Mobilização de recursos para essa ação	23
3.2.4 – Pesquisa e produção de conhecimentos	23
Público Direto	24
Público Indireto	24
Mobilização de recursos para essa ação	24
3.2.5 – Incidência Política nas áreas de Educação e Cultura	24
Esfera Nacional	24
Campanha Nacional pelo Direito à Educação	24
Conselho Setorial de Literatura do Conselho Nacional de Políticas Culturais	25
Esferas Estadual e Municipal	25

Comitê Pernambucano da Campanha Nacional pelo Direito à Educação	25
Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura	26
Grupo Executivo para a Elaboração do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas	26
Preparação para IV Conferência Estadual de Cultura de Pernambuco	26
Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena – CEEIN	27
Público	28
Mobilização de recursos para a ação	28
3.2.6 - Biblioteca Solar de Ler & Café do Centro	28
Biblioteca “Solar de Ler” – Acervo, estrutura e sentido	28
Café do Centro – Ambiente, produtos e sentido	29
Coisas que se contam nas Olindas	30
Lançamento de Livros	31
Cine Debate	31
Café Astrológico	31
LiterArte	31
Teatro e Literatura	32
35º Encontro de Sanfoneiros da Mata Norte e Região Metropolitana de PE	32
Público das atividades realizadas pela Biblioteca Solar de Ler e Café do Centro .	33
Recursos Mobilizados	33
Recursos Humanos da área de Direito à Educação e à Cultura	33
Abrangência	35
Origem dos recursos financeiros para a área	35
Parcerias do Programa em Defesa do Direito à Educação e à Cultura	35
3.3 - Desenvolvimento em povos indígenas	36
3.3.1 - Projeto: Gestão territorial e ambiental na Terra Kapinawá	36
Quantidade de pessoas atendidas	37
Público Direto / Indireto	37
Dia / horário / periodicidade	37
Recursos humanos	37
Abrangência territorial	37
Resultados obtidos a partir da atividade realizada	37
Origem dos recursos financeiros	38
Parcerias.....	38
3.4 - Projeto Ciranda	38
Público	41
Quantidade de pessoas atendidas	41
Dia / horário / periodicidade	41
Recursos humanos	42
Abrangência territorial	42
Resultados obtidos a partir da atividade realizada	42
Origem dos recursos financeiros	42
Parcerias do Projeto Ciranda	42
3.4 - Projeto Saber e Luta.....	43
Quantidade de pessoas atendidas – Público direto / indireto	43
Dia / horário / periodicidade	44

Recursos humanos	44
Abrangência territorial	44
Resultados obtidos a partir da atividade realizada	44
Parcerias do Projeto Saber e Luta	44
4 - Produção e disseminação de informações e de conhecimentos	45
Publicações	45
Produção de Vídeos e Documentários	47
Público	47
Resultados obtidos a partir das atividades realizadas	47
Origem dos recursos financeiros	47
5. Programa de Mobilização e Incidência Social pelo Direito Humano à Cultura ..	48
5.1 - Mobilização e Articulação para realização de atividades culturais no sítio histórico de Olinda	48
2º Encontro de Capoeira Angola “Vai Dizer a Dendê”	48
Coletivo Cabelação	48
Cineclube Bamako	48
Sarau La Frida	48
Espectáculo de teatro pa(IDEIA) – pedagogia da libertação	48
Xepacult – Mostra Mensal de Gastronomia de Comunidades Tradicionais de PE.	49
Oficina de introdução ao Coco de Sala	49
Festa Junina “Arraiá do Seu Luiz Freire”	49
Mesa de Samba Autoral	49
Festival de Inverno de Olinda (FIO)	49
Shows no quintal do Centro Luiz Freire	49
Ensaio Aberto do Boi Chatim (Cavalo Marinho)	50
1ª Mostra de Moda em Olinda (MOMO)	50
Exposição Fotográfica – “Pequeno Encontro de Fotografia de Olinda	50
Curso de Terapia Comunitária	50
Aulas de Yoga	50
Confecção de Rabecas	50
Grupo Totem	51
Curso de Produção Cultural “Método Canavial”	51
Aulas de Capoeira Angola	51
Grupo de Estudos de Cavalo Marinho	51
Público	51
Resultados obtidos a partir das atividades realizadas	51
Origem dos recursos financeiros	52
Considerações Finais	52

NOME DA ENTIDADE: CENTRO DE CULTURA PROFESSOR LUIZ FREIRE - CCLF
CNPJ: 10.400.661/0001-68
E-MAIL: cclf@cclf.org.br
ENDEREÇO: Rua 27 de Janeiro, nº 181/181-A - Carmo
MUNICÍPIO/UF: Olinda / PE
CEP: 53020-020

APRESENTAÇÃO

O Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) é uma organização não governamental de direitos humanos, que surge em 1972, a partir de um grupo que buscava a restauração da democracia, por meio de atividades culturais e projetos de desenvolvimento comunitário, durante o período autoritário da ditadura militar brasileira. O CCLF participou do processo de redemocratização e também contribuiu para o movimento de reordenamento político-institucional do País, e no fortalecimento das organizações populares e comunitárias. Atualmente, a maioria das ações do CCLF volta-se para a defesa e promoção dos DhESCs (direitos humanos, políticos, econômicos, sociais e culturais) em sua universalidade, indivisibilidade e interdependência, com foco nos Direitos à Educação; à Comunicação; e à Participação Social e Política; tratando-se transversalmente as questões de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual e das pessoas com deficiência.

O quadro da diretoria da instituição é formado por profissionais atuantes na defesa dos direitos humanos e da democracia, hoje composto por um Conselho Diretor e pelo Conselho Fiscal, além de um corpo executivo das áreas meio e programáticas.

1. OBJETIVO GERAL DA ENTIDADE:

Desenvolver e fortalecer práticas democráticas com incidência nas políticas e na gestão pública que efetivem direitos humanos – com foco na comunicação, educação e cultura – e contribuam para a promoção de uma cultura democrática na sociedade, a partir da crítica à desigualdade social em suas dimensões de gênero, orientação sexual, raça e etnia, geração e das diferenças físicas e mentais; e da afirmação do desenvolvimento como direito de comunidades urbanas e rurais – prioritariamente, povos indígenas e comunidades quilombolas.

OBJETIVOS DA ENTIDADE / ESTATUTO SOCIAL:

- I) Produzir conhecimentos, realizar pesquisas e promover debates destinados a subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que efetivem Direitos Humanos;
- II) Monitorar a gestão pública e as políticas públicas enquanto efetivação dos Direitos Humanos;
- III) Combater práticas clientelistas, autoritárias, excludentes e corruptas no âmbito do público e do privado;
- IV) Promover ações judiciais ou extrajudiciais que visem impedir ou anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural e aos direitos da cidadania;

- V) Desenvolver atividades de formação de educadores(as) que atuam nas organizações populares e no sistema público de ensino, bem como de formação profissional;
- VI) Promover o direito humano à comunicação e à cultura, através da formação e mobilização de sujeitos, do diálogo com o poder público e da produção e divulgação de conhecimentos, por meios próprios e outros veículos de comunicação;
- VII) Fortalecer a organização autônoma e a intervenção qualificada de atores individuais e coletivos, que concorram para a democratização da gestão pública e o desenvolvimento local;
- VIII) Proporcionar apoio técnico e financeiro a experiências comunitárias de educação, comunicação, cultura e assistência social;
- IX) Manter relações de intercâmbio, solidariedade e cooperação com organizações congêneres e firmar convênios e contratos de parceria com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, de direito público ou privado, visando a concretização dos objetivos sociais.

VISÃO:

“A crença num modelo de Sociedade que venha alterar a realidade de pobreza, exclusão social, desigualdade, preconceito e discriminação, modelo este construído sob o auspício da participação coletiva e ativa dos diversos sujeitos sociais, em que a pluralidade cultural, étnica, geracional, de gênero e de orientação sexual seja valorizada e aceita como determinante na construção da democracia”.

MISSÃO:

“Contribuir para a radicalização da democracia na Sociedade, promovendo a expansão, qualificação e consolidação da participação cidadã e da prática dos Direitos Humanos, vivenciados como um processo educativo e cultural”.

CAMPOS DE ATUAÇÃO

Educação, Comunicação, Cultura e Democratização da Gestão Pública são os campos de atuação do CCLF hoje. Desenvolvidos a partir de eixos amplos e interdependentes: formulação e monitoramento de políticas públicas; articulação e cooperação, formação, produção e disseminação de informações e de conhecimentos e desenvolvimento institucional. O CCLF também promove a mobilização de diversos sujeitos (individuais e coletivos) para realização de atividades educativas e culturais na cidade de Olinda. Todas as atividades institucionais têm como perspectiva contribuir para a efetivação dos Direitos Humanos.

PÚBLICOS E PARCEIROS

Os públicos do CCLF são os/as excluídos/as do efetivo acesso a direitos que garantem a cidadania; os grupos politicamente organizados e as entidades da sociedade civil; o Estado; e a sociedade em geral.

Os/as parceiros/as são todos/as aqueles/as que compartilham com a ideia de centralidade da democracia e da sua radical incompatibilidade com os processos de exclusão.

2. ATIVIDADES:

2.1 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Para o desenvolvimento das atividades, sejam institucionais ou de parceiros, a sede conta com uma área-meio e uma infraestrutura montada.

Nos últimos dois anos, com um aporte de um Projeto Institucional, em parceria com a Fundação Ford, as áreas administrativa e financeira passaram por reestruturação e a possibilidade de sanar alguns entraves organizacionais que vinham se acumulando há alguns anos. Com esse suporte, foi possível a renovação de alguns quadros técnicos na área de administração e da contabilidade. Foi possível também a realização de investimentos em equipamentos e a aquisição de um novo sistema (software) financeiro-contábil, que vem favorecendo o intercâmbio de informações entre essas duas áreas estratégicas da instituição e permitindo a celeridade das informações e a atualização da escrituração contábil dentro dos prazos legais exigidos pela legislação do terceiro setor.

Para fechar esse processo de atualização da parte financeiro-contábil, realizamos uma Auditoria contábil com a Afinco – Administração e Finanças para o Desenvolvimento Comunitário, cuja ação visou respaldar o trabalho feito ao longo dos dois últimos anos com apoio do Projeto Institucional e apontar se esse percurso feito até aqui está no caminho correto e onde podemos e devemos melhorar.

Outro resultado alcançado no período foi o estabelecimento de um Termo de parceria com a Faculdade Nova Roma/FGV, que nos auxiliou no processo de melhorias das informações para o envio de um novo pleito da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS – para o Ministério do Desenvolvimento Social. Retomar esse certificado é relevante para a instituição, pois garante o reconhecimento por vias administrativas da imunidade de impostos patronais, concedida a entidades sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, como é o caso do Centro de Cultura Luiz Freire e que garante a isenção do recolhimento da parte patronal da seguridade social, e é requisito na celebração de convênios com governos, entre outros benefícios. O CCLF possui essa certificação durante a maior parte da sua existência, mas a perdeu a partir da crise das entidades brasileiras do terceiro setor, do enxugamento da sua equipe e do consequente atraso na sua contabilidade – que conseguimos atualizar com o apoio do projeto institucional em parceria com a Fundação Ford.

A parceria com a Faculdade Nova Roma retoma também nessa área de administração / finanças e contabilidade um campo de formação, pois abre a possibilidade para que os alunos destas possam utilizar nossas instalações para estágio e desenvolvimento de atividades curriculares e extracurriculares com orientação dos professores da Faculdade.

Nesse mesmo viés, abrimos no final do ano de 2017 uma vaga de estágio para uma estudante da área de contabilidade, que está realizando seu estágio no setor financeiro-contábil, aprendendo na prática as nuances do setor em uma instituição sem fins lucrativos.

Na busca de alternativas de sustentabilidade, mesmo que parcial, o CCLF vem implementando atividades que visam garantir recursos que nos garantam arcar com

alguns custos fixos da instituição, pois estes muitas vezes não são custeados pelos financiadores, a exemplo de manutenção da sede.

Essas atividades vêm sendo realizadas muitas vezes em parceria com outros coletivos, grupos e/ou artistas locais, no sentido de cessão de espaços para a realização de cursos, oficinas, eventos culturais e também a acomodação de miniestructuras de parceiros dentro da sede, a exemplo da Fepec – Federação Pernambucana de Cineclubes que vem utilizando uma de nossas salas para guardar seu acervo audiovisual e biblioteca temática da área; ou grupo de teatro e profissionais da área de cuidados com o corpo e a mente (Yoga) que utilizam salas da instituição para desenvolvimento de suas atividades, muitas vezes abertas à comunidade local e, nesse sentido, deixam um percentual para as despesas de manutenção (água, energia elétrica, material de limpeza).

2.2.1 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Já há alguns anos, o CCLF não contava com um/a profissional da área de comunicação para atuar exclusivamente na área da comunicação institucional. No início de 2016, com a contratação de uma profissional experiente para essa área, algumas lacunas puderam ser preenchidas, a exemplo da readequação do site institucional, que foi concluída em novembro de 2017. O site foi desenvolvido no formato de portfólio para dar mais projeção à organização como um todo, apresentando suas iniciativas de uma forma dinâmica e facilitando a navegação e obtenção de informações sobre eventos, espaços de nossa sede e publicações que produzimos. Tudo através de um design responsivo e mais amigável à diversidade de dispositivos disponíveis no mercado. O novo site do OmbudsPE, nosso observatório para monitoramento social da mídia, também foi reestruturado junto, em 2017.

Além do acompanhamento do desenvolvimento e alimentação do novo site, a comunicação institucional tem sido fomentada por uma dinâmica de encontros presenciais mais frequentes e troca de pautas entre integrantes dos diversos programas. Também têm sido discutidas as funções operativas no que diz respeito à alimentação das redes sociais e dos veículos de comunicação interna, como lista de discussão via e-mail, mural etc.

As atividades que acontecem por iniciativa do CCLF e/ou de parceiros puderam ser acompanhadas com mais tempestividade ao longo desses últimos dois anos e socializadas através do próprio site ou dos outros meios de comunicação que o CCLF mantém. O Twitter, que vem sendo potencializado dentre as ações de comunicação, de menos de 300 seguidores, em 2016, passou para mais de 800 seguidores ao longo do último ano, e a página do Facebook do CCLF vem se consolidando como uma das nossas principais ferramentas de comunicação, com posts (não patrocinados), chegando a atingir mais de 355 mil usuários únicos da rede no último ano, segundo a soma do alcance das postagens fornecidas pelas estatísticas do Facebook. Atualmente o perfil do CCLF conta com quase 6.000 seguidores.

Em agosto, no dia 29, o Centro de Cultura Luiz Freire celebrou os 45 anos de sua fundação. Um marco não só para a instituição, mas para a história das entidades de direitos da sociedade civil brasileira. Por isso, um dos compromissos que firmamos no projeto institucional apoiado pela Fundação Ford foi o da promoção de uma campanha

institucional que pudesse divulgar o CCLF e uma parte de seu acúmulo histórico na luta por Direitos Humanos no Brasil. Como principais produtos desta atividade, temos a confecção de um selo comemorativo dos 45 anos e a publicação de um livro com o histórico da instituição, pois uma das grandes carências de registro institucional era justamente a ausência de uma sistematização de sua história. O livro “Existir e Resistir: 45 anos de luta pela radicalização da democracia”, que está em vias de conclusão, contará parte desta história por meio das narrativas de antigos e atuais colaboradores, parceiros e financiadores. Em 100 páginas, a publicação reunirá entrevistas, artigos, memórias, imagens e depoimentos que contam um pouco do que já foi e do que é o Centro de Cultura Luiz Freire, um lugar de trocas, conhecimento, cultura, formação política e promoção da democracia e dos Direitos Humanos. Para a produção de seu conteúdo, contratamos os serviços de uma jornalista que realizou pesquisa – em documentos e através de entrevistas –, sistematização de informações, realização da redação e edição dos textos. O processo de discussão institucional que experimentamos ao longo deste ano também forneceu subsídios valiosos para a realização da publicação. O livro está em fase de revisão final e finalização da diagramação, seguindo para a gráfica em janeiro de 2018, quando nossa equipe retornará do recesso de fim de ano. Serão impressos mil exemplares que terão um plano de distribuição, além de versão digital disponível gratuitamente no site do CCLF.

Entre dezembro de 2015 e dezembro de 2017, nossa fan-page no Facebook passou de 3.892 para 6.003 curtidas de usuários – um crescimento de mais 2 mil pessoas (ou 50%), acompanhando nossas ações por esse canal. O CCLF conseguiu desenvolver uma metodologia e rotina comunicativa adaptada às novas necessidades das redes sociais e da Internet, continuando a ser uma referência de comunicação institucional ativa na região Nordeste. Tal fato se manifestou, por exemplo, no convite que recebemos para realizar oficinas sobre o assunto vindo de uma importante organização do Terceiro Setor do país, a Abong.

RECURSOS HUMANOS – ÁREA MEIO

Função	Quantidade	Carga horária semanal	Vinculo com a entidade
Secretária - Executiva	01	30h	CLT
Tesoureira	01	30h	CLT
Jornalista	01	20h	MEI – Microempreendedor Individual
Assistente Administrativo	01	30h	CLT
Estagiária de contabilidade	01	20h	MEI - Microempreendedor Individual
Contadora	01	Por Produto	MEI- Microempreendedor Individual
Técnico de Tecnologia da Informação (TI)	01	Por produto	MEI- Microempreendedor Individual
Serviços Gerais	01	30h	CLT

• RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

A grande maioria das atividades realizadas no CCLF procura incentivar a discussão política, inclusive a partir de expressões culturais.

As conversas e interações entre os parceiros têm rendido frutos interessantes, os quais continuam realizando ações em torno de temas que dizem respeito à trajetória do CCLF, como o feminismo, os direitos LGBT e o direito à leitura e aos Direitos Humanos como um todo.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Concretiza a ação política do Centro de Cultura Luiz Freire e de seus parceiros/as nos setores público e privado, promovendo o debate, a proposição e o monitoramento das políticas e da gestão pública. A contribuição do CCLF encontra-se focada nos direitos à **Comunicação, Educação e Cultura e na Democratização da gestão pública**, com a perspectiva de avançar para universalidade, interdependência e indivisibilidade dos direitos. Atualmente para concretizar essas ações realizamos as seguintes atividades:

3.1. - PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO E INCIDÊNCIA SOCIAL PELO DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO

Há mais de três décadas, o CCLF desenvolve ações voltadas à promoção do direito humano à comunicação e democratização do acesso aos meios que o efetivam, articulando-se com diversas parcerias em âmbito local e nacional. Essa história teve início na década de 1980 com a produção audiovisual popular realizada pela TV Viva, a primeira tevê “de rua” da América Latina. No início dos anos 2000, a entidade passou a atuar na incidência junto à sociedade e ao poder público. Atualmente, as atividades do CCLF nesta área se dedicam à formação em direitos, monitoramento e exigibilidade de políticas públicas, produção e veiculação de conhecimentos, leitura crítica da mídia, ampliação do acesso à informação, denúncia e judicialização de violações de direitos por veículos de comunicação. Tais ações são contínuas e no ano de 2017 foram desenvolvidas com o apoio da Fundação Ford, parceira histórica da nossa instituição, dentro do escopo do projeto Fortalecimento Institucional para incidência em Direitos Humanos.

Na incidência junto à sociedade e o Estado na defesa e garantia dos Direitos Humanos pelo viés da comunicação, o cenário pernambucano se divide entre promessas, estagnação e avanços. Acompanhamos de perto as conquistas relevantes no fortalecimento da Empresa Pernambuco de Comunicação (EPC), e no caso específico da digitalização da TV Pernambuco, emissora pública administrada pela EPC, obteve alguns avanços, embora tardios, uma vez que a TV Pernambuco não teve seu sinal digitalizado dentro do prazo do fim das transmissões analógicas, em junho, e numa verdadeira gambiarra institucional para que a programação da emissora não saísse do ar, o Executivo realizou um convênio de cooperação com a Assembleia Legislativa – a qual, por sua vez, tinha os equipamentos, mas não a programação – e a TV PE está sendo transmitida pelo canal desta instituição (28.2).

Acompanhamos também a nomeação de dois membros do Fopcom (Fórum Pernambucano de Comunicação) para a presidência e vice-presidência da EPC. Tratam-se de atores comprometidos com um modelo democrático de comunicação

pública, mas cujo sucesso à frente da gestão decerto dependerá da verdadeira vontade política do governador pernambucano em efetivá-lo – incluindo a destinação de um orçamento digno às demandas e carências da emissora. Por fim, no início de novembro, as representações da sociedade civil e do governo foram empossadas no Conselho Administrativo da EPC, com um atraso de quase um ano desde sua nomeação. O Centro de Cultura Luiz Freire ocupa uma das vagas destinadas à sociedade.

Uma outra frente de atuação é a exigibilidade pela Rádio Frei Caneca pública e plural, cuja atuação do CCLF em conjunto com suas parcerias do Fopecom foram as inúmeras e exaustivas tentativas de reunião com a presidência da Fundação de Cultura da Cidade do Recife diante do não cumprimento do acordo – firmado em audiência pública no mês de abril de veicular na programação, no início de junho, spots de divulgação das Propostas da Sociedade Civil para a Rádio Frei Caneca – elaboradas por grupos de trabalho ainda em 2014. As reuniões da Comissão da Sociedade Civil para acompanhamento da implantação desta rádio só foram retomadas em outubro e tiveram suas atividades suspensas já no segundo encontro, realizado em novembro, e só voltarão após março de 2018 – abrindo novamente um grande espaço para a procrastinação da Prefeitura do Recife em relação à efetivação da rádio, que atualmente se resume a uma seleção musical tocada de forma ininterrupta e repetitiva, sem qualquer abertura à participação da população.

Em tentativas de avançar na transparência dos gastos públicos dos governos locais, o contexto é de estagnação, apesar dos esforços da sociedade civil na pressão sobre Poder Público. Atuamos também na articulação de coletivos de comunicação comunitária da cidade do Recife na construção de uma agenda comum que possa pautar a exigência de políticas públicas municipais para a área. Nossa avaliação frente à conjuntura implantada pelo golpe parlamentar e midiático de 2016 aponta para a necessidade de fortalecimento das bases sociais e de articulação da sociedade civil local.

O Centro de Cultura Luiz Freire e o Fopecom também protagonizaram a mobilização contra uma violação de direitos promovida pelo jornal AquiPE, pertencente ao Diário de Pernambuco. O periódico veiculou, na capa de sua edição do dia 5 de setembro, a foto do corpo de uma mulher vítima de feminicídio em que parte da sua genitália era exibida. A articulação do fórum mobilizou uma Carta Aberta assinada por 25 entidades do estado, as quais exigiam retratação do veículo pelo feito. Como resultado, a Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público de Pernambuco instaurou Inquérito Civil Público e abriu uma série de audiências em que foram exigidas e encaminhadas medidas restaurativas pela violação: a publicação de uma retratação com destaque na capa do jornal; a produção e veiculação, em dezembro, de uma série de cinco reportagens que abordassem os direitos das mulheres e segmentos vulneráveis da população e o apoio à realização de um seminário sobre Direitos Humanos voltado à conscientização de jornalistas – que será realizado em fevereiro de 2018.

Durante os meses de agosto e setembro, o CCLF se engajou intensamente na divulgação para a sociedade do conteúdo e tramitação do projeto de lei municipal nº 21/2017, que buscava regulamentar a divulgação dos gastos da Prefeitura do Recife com publicidade e cuja elaboração contou com colaboração de nossa entidade.

Acompanhamos a circulação do PL pelas comissões parlamentares e em plenário, articulando alianças com outras entidades na divulgação do projeto junto à sociedade. Infelizmente, o projeto foi rejeitado, sem argumentações coerentes, em contradição com os elogios à iniciativa expressados anteriormente à votação.

Ainda na exigibilidade por aprovações de avanços nas políticas de comunicação pelo Legislativo recifense, o CCLF participou pautando as necessidades orçamentárias para efetivação da Rádio Frei Caneca e de políticas de comunicação comunitária no município – ausentes nas propostas de orçamento da Prefeitura para 2018. Nesse sentido, percebendo a fragilidade nos discursos da sociedade civil por políticas na área, o Centro de Cultura Luiz Freire provocou a realização de uma reunião pública na Câmara para discussão do papel do Executivo Municipal na promoção de políticas de comunicação comunitária – evento que contou com a participação de cerca de 20 coletivos da região metropolitana. A atividade fez parte do calendário de mobilizações da Semana Nacional pela Democratização da Comunicação, que agregou outras atividades em que se engajaram o CCLF e suas parcerias do Fopecom, realizando atividades como audiências públicas, oficinas, rodas de diálogo, debates, lançamentos de documentários e atos de rua. Destaque especial para o evento realizado no dia 20 de outubro de 2017, em que as mulheres do Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom) e da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), bem como outras mulheres de outras organizações e estudantes reuniram-se para debater uma perspectiva feminista sobre Direito Humano à Comunicação.

Empreendemos, pelo projeto Ciranda, uma experiência nova em oficinas para a nossa equipe do Programa de Direito à Comunicação. Entre os meses de junho e agosto, realizamos encontros formativos na temática “Mídia e Direitos Humanos”, voltados para um público composto, em sua extensa maioria, por crianças e adolescentes das comunidades de Vila 27 de Abril e Portelinha (no bairro do Ibura, Recife), Canal do Arruda (Recife), Rosa Selvagem (UR-07, Recife) e Peixinhos (Olinda). Num total de oito encontros – dois em cada um dos territórios –, trabalhamos perspectivas sobre a representação das periferias, e das próprias comunidades, na mídia; construção social das notícias; direito à comunicação e propriedade da mídia; sistema público de comunicação; além da realização prática de iniciativas simples e acessíveis de comunicação comunitária (jornal mural, vídeos, formatos para redes sociais etc.). Todos esses temas nos exigiram uma revisita às nossas metodologias já consolidadas para que os assuntos pudessem ser apresentados de forma compreensível e atraente a um público bem diverso do que costumamos atender. No total, participaram cerca de 80 pessoas – 90% delas composto de crianças e adolescentes da periferia da Região Metropolitana do Recife, sendo a participação de gênero praticamente paritária.

O projeto “Saber e Luta” nasceu do desejo de potencializar e contribuir para a formação e atuação política de jovens organizadas e organizados em coletivos, grupos, movimentos de reivindicação e afirmação de direitos da Região Metropolitana do Recife. Entre julho e novembro, foram realizadas três oficinas e um seminário. Uma das quatro oficinas previstas inicialmente teve de ser adiada frente à indisponibilidade das parcerias que a facilitariam.

A Oficina de Direito à Educação e à Leitura foi realizada no CCLF nos dias 25 e 26 de julho, ministrada por Érica Verçosa (Ekó - Educação e Cultura) e Juliana Albuquerque (Cartoneras do Mar). A Oficina de Direito à Cultura aconteceu nos dias 16 e 17 de

agosto, no CCLF, facilitada por Yanara Galvão, da Federação Pernambucana de Cineclubes (FEPEC). Na oficina, com foco no cineclubismo, foram abordados a linguagem básica do cinema, o universo das produções contemporâneas independentes e a história do cineclubismo com estudos de casos pernambucanos e nacionais. Entre os objetivos, estavam estimular a criação de espaços de cineclubes e conhecer as fases necessárias para a produção de uma sessão cineclubista. A Oficina de Direito à Comunicação do projeto Saber e Luta aconteceu nos dias 25 e 26 de agosto, no CCLF, conduzida por Débora Britto, do Centro de Cultura Luiz Freire, e Mariana Reis, do Terral Coletivo de Comunicação Popular. A oficina discutiu a comunicação como direito e canal para garantia de outros direitos e abordou temas relacionados à comunicação e à juventude, como a crítica na recepção dos meios de comunicação, a linguagem jornalística, comunicação popular e mobilizações da juventude.

Em 30 de novembro, o Saber e Luta também realizou o seminário “Direito à Livre Manifestação” no Sindicato dos Bancários de Pernambuco. O evento contou com a participação do Centro Popular de Direitos Humanos – CPDH, da CUT Pernambuco e do MTST Pernambuco, dialogando sobre a criminalização de movimentos sociais a partir das vertentes de cada entidade participante.

Cada oficina do projeto Saber e Luta teve, em média, a participação de 15 jovens dos 13 coletivos inscritos no projeto. O seminário envolveu cerca de 40 pessoas, em sua maioria, integrantes de movimentos sociais.

Também participamos da facilitação da roda de diálogo sobre “Mídia, mulheres e drogas” em encontro formativo do curso “Mulheres negras e populares pela reforma da política de drogas”, realizado pela Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, em 12 de agosto, no Recife, com público formado por 25 mulheres – cis e transgênero – de diversos segmentos sociais e negras em sua ampla maioria.

O Centro de Cultura Luiz Freire participou de reuniões da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão do Conselho Nacional de Direitos Humanos em Brasília, no papel de organização convidada a discutir e articular-se nacionalmente a respeito de temas como: violações contra a liberdade de expressão e manifestação, violência contra comunicadoras e comunicadores, violações a direitos por agentes da mídia e outros assuntos relacionados.

Em agosto, no dia 18, o Centro de Cultura Luiz Freire participou, como público, do III Seminário Comunicação Legislativa e Cidadania, promovido pela comunicação social da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe), contribuindo com a discussão sobre o contexto pernambucano da comunicação pública, estatal e de transparência nas falas abertas ao público durante dos debates.

Nos dias 28 e 29 de outubro, participamos II Encontro Nacional pelo Desencarceramento, realizado em Olinda pela Pastoral Carcerária / CNBB e que reuniu centenas de pessoas de diversas entidades do país que mobilizam-se por uma reformulação na política prisional brasileira.

Em novembro, nossa entidade encabeçou uma articulação de organizações da sociedade civil na elaboração e coleta de assinaturas a uma carta aberta. A peça

denunciava as negociações feitas pelo Governo de Pernambuco com setores fundamentalistas religiosos do Partido Progressista para nomeação de uma indicação à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ). A pasta é responsável – dentre outras pautas – pelos conselhos e políticas para a população LGBTI e de drogas no estado. A carta arregimentou o apoio de mais de 80 entidades e coletivos pernambucanos.

Em setembro, entre os dias 25 a 29, participamos em São Paulo do Encontro Nacional de Comunicadores e Comunicadoras da Sociedade Civil pela Defesa de Direitos, como parte do projeto Sociedade Civil Construindo a Resistência Democrática, financiado pela União Europeia e executado pela Associação Brasileira de Ongs (Abong). O Encontro reuniu vinte comunicadores/as de organizações de todas as regiões do país para fomentar a articulação do núcleo facilitador da rede. O objetivo do evento foi pautar, organizar e disseminar produções sobre diversas temáticas em direitos, promovendo a troca de experiências e práticas para o maior engajamento da sociedade em temas promovidos pelas organizações e fortalecer a discussão do direito humano à comunicação dentro das entidades da sociedade civil brasileira. A jornalista responsável pela comunicação institucional do Centro de Cultura Luiz Freire participou do encontro e de duas iniciativas geradas a partir dele; a criação da Rede Cardume – Comunicação em Defesa de Direitos, constituída por comunicadores/as das OSCs e a facilitação de oficinas de comunicação estratégica nas regiões brasileiras. O Centro de Cultura Luiz Freire, juntamente com a Casa da Mulher do Nordeste, realizou a oficina Comunicação Estratégica e Incidência Política, no dia 21 de novembro, no auditório da ONG Etapas (Recife), para representantes de dezoito OSCs e movimentos sociais do estado de Pernambuco. A iniciativa visou potencializar as ações políticas de direito à comunicação nas organizações da sociedade civil e estimular práticas de comunicação como parte da estratégia das organizações, para contribuir com o desenvolvimento institucional, a articulação de parcerias, a mobilização e o engajamento social. A agenda desta articulação para o próximo período contempla campanhas temáticas nas redes sociais. O lançamento da primeira está previsto para o início de 2018 e tratará do direito a comunicação e da criminalização de movimentos e organizações pela mídia. E como resultado deste Encontro, o CCLF foi convidado a realizar a oficina Comunicação Estratégica e Incidência Política, que foi realizada em conjunto com a Casa da Mulher do Nordeste, no dia 21 de novembro, no auditório da ONG Etapas (Recife), para representantes de dezoito organizações da sociedade civil (OSCs) e movimentos sociais do estado de Pernambuco – ação que foi resultado da nossa participação na articulação nacional promovida pela Associação Brasileira de ONGs (Abong) a partir do Encontro Nacional de Comunicadores e Comunicadoras da Sociedade Civil pela Defesa de Direitos.

As ações de justiciabilização dentro do Programa de Comunicação seguem o ritmo característico da Justiça brasileira, podendo levar anos para se conferir os seus resultados. Este foi o caso de uma representação feita pelo Centro de Cultura Luiz Freire e outras parcerias locais junto ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) contra a TV Jornal em 2007. A iniciativa entrou com uma ação civil pública por danos morais coletivos devido ao tratamento dado às crianças e adolescentes que tinham sua paternidade jocosamente questionada no quadro “Exame de DNA” do Programa Bronca Pesada, apresentado por Joslei Cardinot e, à época, transmitido pela emissora. No último dia 23 de novembro, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça julgou o último recurso da ação e manteve o entendimento da segunda instância estadual que

condenou a emissora a pagar R\$ 50 mil de multa. A ação inicialmente pedia R\$ 1 milhão. Frente à realidade de grande impunidade da mídia por violações, o fato se trata de uma vitória a ser comemorada, apesar da morosidade e abrandamento da Justiça com o caso.

Nos dois últimos anos, o Centro de Cultura Luiz Freire pôde contar com a parceria da assistência jurídica das advogadas e advogados do Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH), o que possibilitou que pudéssemos atuar através da judicialização de casos como:

Uso de concessões educativas por empresas de comunicação no estado de Pernambuco – Representação apresentada pelo CCLF junto ao Ministério Público Federal sobre uso indevido de concessões educativas de rádio e televisão em Pernambuco segue ainda em apreciação pelo MPF. O órgão comunicou em junho/17 que os ofícios enviados ao Ministério das Comunicações instauraram dois Processos de Apuração de Infração (nº 53900.015704/2015-94 e 53900.003010/2014-23). O parecer do MPF é importante e, diante da inércia do Ministério das Comunicações, reunimo-nos e juntamos ao inquérito provas das ilegalidades praticadas pelas concessionárias de rádio e TV em questão, na tentativa de convencer o MPF a ajuizar uma Ação Civil Pública sobre o fato. Permanecemos acompanhando o caso;

Danos morais por exibição indevida de imagem – Ação de indenização por danos morais de nº 0035071-90.2015.8.17.0001 em face do Programa Cardinot, dos jornalistas envolvidos na matéria e da TV Clube. Após apresentarmos a última réplica, no mês de junho, os autos ficaram conclusos. Em outubro, o juiz proferiu despacho intimando as partes a se manifestarem se ainda tinham outras provas a produzir. Respondemos informando negativamente e requerendo a designação da audiência. Os autos estão conclusos aguardando despacho que designará a data e horário da audiência.

Defesa contra tentativa de cerceamento de liberdade de expressão pelo Consórcio Novo Recife - Ações judiciais (nº 0035899-86.2015.8.17.0001 e 0035903-26.2015.8.17.0001) propostas pelo Consórcio Novo Recife e pelas empresas que o compõem contra um artista plástico em virtude de uma charge crítica publicada no Facebook, já haviam obtido sentença em primeira instância de improcedência do caso. O Consórcio Novo Recife apresentou Embargos de Declaração, os quais foram inteiramente rejeitados pelo juiz. Agora, aguardamos a parte autora apresentar o Recurso de Apelação, quando, após apresentarmos as Contrarrazões, será remetido ao Tribunal de Justiça de Pernambuco para julgamento do recurso.

Acompanhamento de casos de encarceramento abusivo – Durante o ano, a parceria permitiu que prestássemos amparo jurídico à demanda de dois casos trazidos pela população. Em ambos, familiares lidavam com detenções indiscriminadas de vítimas sem histórico criminal, nunca investigadas e cuja ligação com os crimes de que eram acusados apresentavam fundamentações questionáveis. Felizmente, uma delas obteve alvará no início de 2018. A questão do encarceramento no Brasil é urgente e o encorajamento aos relatos e às denúncias de tais casos aumentam a sensibilização da sociedade em relação a eles e as ações de nossa instituição e parceiras para o enfrentamento desses fatos ela.

O Centro de Cultura Luiz Freire também produziu e engajou-se em campanhas na defesa de direitos e monitoramento de políticas públicas, a exemplo da ampla divulgação e mobilização em torno da tramitação do Projeto de Lei nº 021/2017 na Câmara Municipal do Recife, cuja elaboração teve nossa colaboração e buscava regulamentar a transparência nos gastos da Prefeitura com publicidade institucional; difundimos o calendário de ações Semana pela Democratização da Comunicação e suas pautas de defesa da liberdade de expressão e manifestação; colaboramos nas denúncias e articulação da sociedade civil local diante das violações de direitos pelo jornal AquiPE; ampliamos o alcance das discussões sobre retrocessos no direito à educação e à cultura em nível nacional e estadual; articulamos entidades da sociedade civil pernambucana contra a entrega da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude a grupos políticos fundamentalistas religiosos pelo governador do estado; entre outras pautas que mobilizaram, local e nacionalmente, a sociedade para a resistência frente ao constante empenho dos governos em retroceder nas garantias de direitos sociais.

A rearticulação do **Fórum das Entidades da Sociedade Civil de Olinda - o Fesco**, se deu a partir de uma primeira reunião em 24 de agosto. Na tentativa de congregar entidades interessadas no fortalecimento da esfera pública local, convites foram enviados por correspondência com duas semanas de antecedência. Desde então, o fórum realizou quatro encontros – sempre pautados para encaminhamentos práticos – que contaram com a participação de dez entidades, a maioria atuante na área de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e de luta pelos direitos de crianças e adolescentes. Em pouco tempo, a articulação obteve resultados expressivos na exigibilidade da IV Conferência Municipal de Igualdade Racial e acompanhamento do seu processo de construção, denunciando a falta de divulgação ampla da instância de participação social e o extravio dos relatórios das três conferências anteriores. Um fato lamentável, visto que os documentos deveriam estar pautando as políticas públicas de Olinda na área nos últimos 10 anos. Em novembro, o Fesco ainda foi convidado para organizar a realização da eleição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, cujo encaminhamento aguarda parecer da Procuradoria da Prefeitura.

Realizamos 13 pedidos de informação direcionados à Prefeitura de Olinda, estimulados pelas pautas levantadas pelas discussões das entidades no Fórum das Entidades da Sociedade Civil de Olinda (Fesco). Os pedidos versam sobre questões relacionadas às políticas públicas de direitos humanos e assistência social na cidade, como acesso a cópias dos projetos da LOA 2018, o novo Plano Plurianual da atual gestão, posse e atas de reunião de conselhos, repasses de verbas a entidades de convivência e fortalecimento de vínculos, realização de conferências de direitos, preparação de seminário e outros assuntos. As informações foram obtidas em sua maioria e têm servido para qualificar as futuras ações do fórum de entidades. Por outro lado, esta série de pedidos de informação serviram para que pudessemos iniciar um processo de avaliação dos mecanismos de transparência pública no município.

3. 1.1 – TV VIVA

Em 2017 podemos destacar como ação importante da TV Viva a retomada de contato com a Prefeitura Municipal de Olinda, através da cessão de material do acervo, para o vídeo de abertura do Carnaval 2017 em parceria com o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como, a realização do vídeo-documentário sobre o Carnaval 2017, com o tema: “Essa Alegria tem História. O vídeo aborda vários aspectos da festa, tais como: seus logradouros, moradores, comerciantes, personagens, troças e blocos tradicionais e contemporâneos. A coleta de imagens e áudio iniciou-se com a abertura oficial do carnaval em 23 de fevereiro, realizada pelo prefeito em frente a sede da Prefeitura de Olinda, seguida pelo desfile das troças e blocos tradicionais e encerrou-se com o show de abertura do carnaval local com o artista olindense Alceu Valença. O vídeo transita pelos pólos organizados pela prefeitura, como: Varadouro, Sitio de Seu Reis, Guadalupe e Fortim e traz a fala de blocos como Homem da Meia Noite, Cariri, Bloco Mangubeat, Elefante, Pitombeira, Vassourinha, Enquanto Isso na Sala de Justiça entre outros. O vídeo tem duração de 22 minutos, foi aprovado e entregue para exibição na Praça do Carmo no dia 12/03/2017, por ocasião da passagem do aniversário da cidade de Olinda e pode ser acessado no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=3n6sXqbke3o>.

A Série "Boas práticas para conviver com o Semiárido", com divulgação semanal de grandes reportagens da Rede Patativa, produzida pela Sempre Viva Produções e TV Viva, cuja temática é o universo da agricultura familiar agroecológica no Semiárido nordestino. A Rede Patativa percorre todo o Semiárido nordestino, da Bahia ao Piauí, e apresenta reportagens em que as personagens principais são as agricultoras e agricultores, jovens, adultos, idosos, caboclos, negros, índios, suas iniciativas, lutas e organizações, suas festas, artesanato, música, poesia. Os vídeos podem ser encontrados no canal do INSA – Instituto Nacional do Semiárido: www.youtube.com/watch?v=ogMGJuCZol4

Firmou parceria com a Ong Diaconia, na realização do vídeo-documentário “Servir para transformar vidas”, que foi um balanço da atuação desta no Nordeste, por ocasião da passagem dos seus 50 anos.

Realização do vídeo-documentário sobre ' Educação Contextualizada' em parceria com a Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA.

Mantivemos as atividades de parceira com suporte técnico na realização dos programas: Jornal da Maré, com o coletivo Caranguejo-Uçá da Ilha de Deus, para TV Universitária.

Também com suporte técnico, esteve presente na realização de programas no projeto Som na Rural, no São João, em Caruaru, Arcoverde e São Caetano, e no Festival de Inverno de Garanhuns, todos com veiculação nacional e local através da TV Universitária e TV Brasil.

Retomamos o processo de digitalização do acervo da TV Viva, processo iniciado há alguns anos e que já disponibiliza grande parte deste acervo-memória através da internet, no Youtube, e também no site do CCLF. A digitalização do acervo completo é uma meta no sentido de garantir a preservação de todo o trabalho realizado pela TV

Viva ao longo desses 35 anos. A retomada da digitalização vem sendo feita com recursos próprios, mas continuamos em busca de recursos que nos garantam agilizar o tempo a preservação adequada e integral para a disponibilização deste patrimônio.

• DIA/HORÁRIO/PERIODICIDADE:

As atividades deste programa acontecem diuturnamente, de forma a atender às demandas sociais em diversos períodos, seja com a participação em eventos (mesmo em fins de semana), no levantamento de dados e na produção de conteúdos informativos.

No que diz respeito as atividades de gravação de programas pela TV Viva, seja por iniciativa própria ou através de parcerias estabelecidas, as atividades acontecem de acordo com cronograma específico definido previamente.

• PÚBLICO:

Toda sociedade, sem segmento específico, do estado de Pernambuco e do Brasil, no que diz respeito a TV Viva, apesar de aberta a parcerias diversas, afinada com os objetivos institucionais, a TV manteve por público majoritário em 2017 organizações da sociedade civil.

• QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS:

Aproximadamente 1.000 pessoas em ações de formação e outros eventos de difusão do direito humano à comunicação. Quantidade indefinida em relação à incidência social e veiculação de informações a respeito das temáticas, mas com estimativa de alcance de 522.121 usuários, de acordo com padrões utilizados pelo Facebook.

• RECURSOS HUMANOS:

Profissão	Função no Programa	Quantidade	Carga horária semanal	Vinculo com a entidade
Sociólogo	Coordenador	01	30h	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Jornalista	Jornalista	01	30h	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Advogado	Advogado	01	Por produto	Contrato Pessoa Jurídica
Estudante	Estagiária de comunicação	01	20h	Contrato estágio
Câmera	câmera	01	Por produto	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Editor	editor	01	Por produto	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Produtora cultura	Produção cultural	01	Por produto	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual

• ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:

Nacional, regional, estadual ou municipal, de acordo com a atividade realizada.

• RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

Difusão de informações sobre direito humano à comunicação a diversos segmentos da sociedade pernambucana e brasileira; participação junto ao Conselho Deliberativo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; tomada de posse no Conselho Administrativo da Empresa Pernambuco de Comunicação; mobilização de movimentos sociais e coletivos em torno das pautas da democratização da comunicação locais e nacionais; realização de audiência pública na Câmara Municipal do Recife sobre a Rádio Frei Caneca; retomada das atividades da Comissão da Sociedade Civil para Implementação da Rádio Frei Caneca do Recife; 20 pedidos de acesso à informação feitos à Prefeitura de Olinda; fortalecimento da articulação com outras entidades parceiras.

Possibilidade de acesso a imagens raras de antigos carnavais de Olinda, exibidas durante a abertura do carnaval e registro de todos os pólos do carnaval olindense de 2017 através do registro e posterior edição entregue à Prefeitura.

• ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Os recursos para este Programa são oriundos da Fundação Ford (<https://www.fordfoundation.org/regions/brazil/>)

Prefeitura de Olinda – convênio para cobertura do carnaval de 2017

Parcerias estabelecidas a partir de convênios com instituições da sociedade civil para gravação de programa pela TV Viva a exemplo do Programa Rede Patativa.

• DESTACAR SE EXISTE COBRANÇA DOS PARTICIPANTES ATENDIDOS:

Todas as atividades ofertadas são gratuitas

PARCERIAS DO PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO E INCIDÊNCIA SOCIAL PELO DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO :

- Fundação Ford;
- Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE);
- Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH);
- Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC);
- Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom);
- Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos;
- Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco;
- Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público de Pernambuco;
- Universidade Católica de Pernambuco (Unicap);
- Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco;
- Observatório de Mídia da UFPE;
- Terral Coletivo de Comunicação Popular;
- Jornal Brasil de Fato Pernambuco;
- Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil);
- Centro Sabiá de Desenvolvimento Agroecológico;
- Federação Pernambucana de Cineclubes;
- Interozes Brasil;
- ANDI Comunicação e Direitos;

- Artigo XIX Brasil;
- Gajop;
- ONG Meu Recife;
- Movimento Mulheres no Audiovisual;
- ONG SOS Corpo;
- Grupo Curumim;
- Universidade Maurício de Nassau (Uninassau);
- Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Pernambuco – MTST/PE;
- Sindicato dos Bancários de Pernambuco;
- Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas;
- Federação Pernambucana de Cineclubes (FEPEC);
- CUT Pernambuco;
- Marcha Mundial das Mulheres – Pernambuco;
- Coletivo Cabelação;
- Centro de Comunicação e Juventude (CCJ);
- Abong;
- Grupo Comunidade Assumindo Suas Crianças (GCASC);
- Fórum das Entidades da Sociedade Civil de Olinda (FESCO);
- Conselho de Igualdade Racial do Município de Olinda;
- ActionAid Brasil;
- Etapas;
- Usina da Imaginação;
- Mirim Brasil.
- Ong Diaconia
- Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA
- Caranguejo-Uçá da Ilha de Deus, para TV Viva
- Som na Rural

3.2 – PROGRAMA EM DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO E À CULTURA

As atividades em defesa do direito à educação e à cultura tiveram início no CCLF nos idos de 1980, com o desenvolvimento de pesquisas, de metodologias de formação e de práticas de incidência política para a garantia de uma educação pública de qualidade.

2017 foi um ano que nos permitiu, apesar do golpe, investir no aprofundamento das ações de formação política para a garantia desses direitos, a partir da continuidade na implementação de práticas de formação, tanto para a qualificação das práticas sobre esses direitos, quanto na formação para a ação política na garantia e efetivação desses direitos como políticas públicas de qualidade.

As especificidades dos direitos à educação e à cultura, ambas de qualidade, dialogam e convergem para ações conjuntas, com prioridade na formação para o desenvolvimento das práticas de leitura, fortalecimento de ações em rede, pesquisa, produção e socialização de conhecimentos e incidência política.

O Programa desenvolveu ao longo de 2017 as seguintes ações de formação para a qualificação das práticas em defesa do direito humano à leitura:

3.2.1.- Formação de formadores/as

Período - 2016 a julho 2017: curso "Nas Asas da Palavra", aprovado via edital do Funcultura - Fundo de Cultura da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, em 2016, cuja proponente é Cida Fernandez, biblioteconomista integrante da equipe do CCLF. Objetivo central: qualificação profissional teórico-prática de formação em leituras literárias, tendo como princípio fundamental a literatura como direito humano e a mediação como promotora deste direito. Realização de 13 encontros de formação teórica e oficinas experimentais, totalizando 120 horas e 16h de práticas monitoradas das participantes em seus espaços de trabalho e em espaços de outros. Foram selecionadas 25 educadoras e bibliotecárias, 17 se formaram, apenas um do sexo masculino e a quase totalidade composta por mulheres negras, apenas duas de tez branca..

Resultados mensurados com a produção dos/as participantes durante o processo e enriquecidos pelos depoimentos por ocasião do encerramento em dez/2017: contribuiu para a mudança das práticas, a partir da compreensão da literatura como um direito humano, dos direitos humanos em si, e os da criança e do adolescente, facilitadas pelos conhecimentos e ferramentas construídos no processo.

Esse curso foi também uma estratégia de diversificar a mobilização de recursos, frente aos desafios da sustentabilidade de algumas ações, cujo financiamento é escasso.

Público:

25 profissionais diretamente, 95% de mulheres negras, que atuam em bibliotecas escolares públicas, comunitárias, e profissionais mediadoras de leitura em organizações sociais de atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Indiretamente, estima-se pelo menos 500 crianças, adolescentes, jovens e adultos beneficiados, atendidos nessas organizações.

Mobilização de recursos para essa ação:

R\$119.000,00 captados via parceria aquisição de acervo e renovação da biblioteca institucional, material de manutenção, limpeza e consumo e contratação e pagamento de 12 profissionais para a realização do trabalho; gestão dos recursos a cargo da produtora cultural proponente e R\$ 5.400,00 repassados ao CCLF a título de aluguel dos espaços onde foram realizadas as atividades.

3.2.2 - Palestras e oficinas

O Programa de Educação e Cultura do CCLF, através de sua coordenadora, Cida Fernandez, respondeu a convites para os seguintes eventos externos:

Agosto/17 – Palestra sobre “organização e diversificação de acervos” no *II Seminário Biblioteca nas Escolas* na mesa *Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas* (PELLLB), na Bienal do Livro de Pernambuco. Público estimado: 30 profissionais de educação, 90% do sexo feminino;

Setembro/17 - Oficina sobre desenvolvimento e sustentabilidade de bibliotecas comunitárias, evento da Secretaria Municipal de Cultura de Caxias do Sul/RS. Público: 20 senhoras idosas que cuidam de bibliotecas comunitárias naquela cidade;

Outubro/17 - Oficina sobre a formação de leitores literários e a autonomia na construção do conhecimento, no Congresso Internacional de Educação e Tecnologia, realizado pelo Senac. Público: 100 pessoas, 70% mulheres profissionais ligados à educação;

Novembro/17 - Palestra magna de abertura do VII Seminário da Rede de Leitura *Sou de Minas Uai*, abordando o tema “O Papel da Biblioteca Comunitária na Formação de Leitores e Literatura como Direito Humano”, na cidade de Santa Luzia/MG, a convite pela Rede de Bibliotecas Sou de Minas, que envolve bibliotecas comunitárias de quatro municípios do estado: Betim, Belo Horizonte, Santa Luzia e Sabará. Público: 70 profissionais da cultura dos quatro municípios citados.

Público

220 pessoas mobilizadas, 80% do sexo feminino; a maioria, negras e negros, jovens e adultos.

Recursos mobilizados para as ações

Foram disponibilizados os meios de transporte da responsável pelas ações. Dois dos eventos disponibilizaram recursos para honorários da profissional, num total de R\$ 2.700,00, que foram diretamente pagos ao CCLF.

3.2.3 - Qualificação e fortalecimento da luta pelo direito à leitura

O Centro Luiz Freire desde o início dos anos de 2000, aprofunda as ações de formação de profissionais das áreas de educação e cultura, especialmente com formação de leitores e promoção da leitura como direito.

Em 2001, o Instituto C&A, parceiro apoiador de algumas de nossas iniciativas, convida o CCLF a prestar consultoria direta em formação do voluntariado corporativo para atuar em creches e instituições de educação infantil das praças onde havia empresas C&A Modas e, a partir de 2006, para contribuir com a criação e desenvolvimento do Programa Prazer em Ler e compor a equipe de consultoria, que inicia como um programa de formação continuada de mediadores de leitura, que passou a ser um programa de apoio à implantação e ao desenvolvimento de bibliotecas comunitárias em 04 regiões do Brasil - NE, N, S e SE, fortalecendo as organizações para a incidência política em busca da efetivação da leitura como um direito humano.

2017 foi o ano de consolidação da grande Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, em 21 cidades de 4 regiões do país, em áreas urbanas, mas agregando alguns espaços em áreas rurais, num total de 114 desses equipamentos, dentro de comunidades periféricas, geridas por moradores jovens que se tornaram lideranças e hoje são educadores e educadoras de referência em suas comunidades. O lançamento dessa Rede (RNBC) marcou um passo importantíssimo no fortalecimento das Bibliotecas Comunitárias, como equipamentos sociais de educação e cultura comprometidos com a transformação social. O Centro de Cultura Luiz Freire tem orgulho de ter feito parte desta história junto com uma equipe multidisciplinar composta para a consultoria ao programa.

Infelizmente, o Programa do Instituto C&A está se encerrando em setembro de 2018, entretanto, contribuição ao processo desencadeado ao longo dos últimos dez anos, entre dezembro de 2016 e setembro de 2018, ainda serão apoiadas duas grandes ações: projeto de pesquisa e consultoria para a incidência política junto aos legislativos e também aos órgãos de classe dos bibliotecários.

Público

2017: mais de 200 profissionais participantes das atividades diretas de formação continuada com as temáticas: literatura como direito humano; marcos regulatórios para a efetivação e exigibilidade do direito; estudos das legislações locais que normatizam a construção das políticas públicas nos estados, municípios e federação.

Público indireto estimado: mais de 100 mil pessoas, nas 114 comunidades onde estão inseridas as bibliotecas comunitárias.

Mobilização de recursos para essa ação:

A consultoria ao Instituto C&A mobilizou R\$40 mil reais, sendo 90% destinado ao pagamento dos recursos humanos envolvidos diretamente na ação.

3.2.4 - Pesquisa e produção de conhecimentos

O projeto de pesquisa “**Bibliotecas Comunitárias no Brasil: impacto na formação de leitores**”, coordenado pelo CCLF e realizado em parceria com o Centro de Estudos de Educação e Linguagem, da Universidade Federal de Pernambuco, com o Grupo de Pesquisa sobre Bibliotecas Públicas da UNIRIO e com o apoio financeiro do Instituto C&A de Desenvolvimento Social, é um estudo exploratório que chegou de 173 bibliotecas comunitárias, de um universo de mais de 650 iniciativas identificadas. Das 175 bibliotecas identificadas, foram coletados dados diretos de 135, em 04 regiões, com representação em 09 estados e 21 cidades. Além da coleta presencial, foram identificadas 38 bibliotecas comunitárias distribuídas em territórios onde não conseguimos recursos para chegar presencialmente. Das 38 identificadas, a coleta à distância, feita por telefone, foi positiva em 24 delas, distribuídas pelos territórios das 05 regiões, em 13 estados, com representação de 23 municípios nas regiões metropolitanas e interior, em áreas urbanas e rurais.

A amostra foi composta a partir da definição conceitual e do levantamento de fontes estabelecidas em conjunto pelo núcleo central da pesquisa coordenada pelo CCLF. é composta pelas equipes do Centro de Estudos de Educação e Linguagem-CEEL/UFPE e do Grupo de Estudos Bibliotecas Públicas- GPBP/ UNIRIO. O projeto foi apresentado e aprovado pela Propesq/UFPE com a possibilidade de financiamento especialmente para a publicação e produção de textos acadêmicos e de grupos de interesses.

Espera-se que o resultado deste trabalho seja uma referência e um contraponto acerca dos indicadores de leitura no Brasil, comumente estabelecidos a partir de padrões de consumo, que não consideram os equipamentos sociais comunitários no contexto da formação de leitores, do desenvolvimento e democratização da cultura escrita a partir dessas ações. Desta forma, pretende-se contribuir para o fortalecimento das bibliotecas comunitárias brasileiras, influenciando novos estudos e investimentos

financeiros em seu desenvolvimento. Esta ação também fortalece a relação do CCLF com os grupos de pesquisas acadêmicos e com essa grande rede nacional que hoje chega a cerca de 200 mil pessoas.

O projeto também fortaleceu o CCLF como uma referência na área, contando no núcleo central da pesquisa com duas professoras doutoras, 3 mestres e uma pesquisadora técnica, além da seleção e formação de uma equipe composta por 21 pesquisadores de campo presencial, formada por educadores indicados e selecionados a partir das redes locais de bibliotecas, uma pesquisadora para a coleta à distância e, ainda com dois jovens profissionais para apoio à operacionalização dos processos e tratamento de dados.

A formação da equipe foi realizada em agosto, a coleta de dados da 1ª etapa presencial foi realizada entre outubro e novembro, o tratamento de dados foi iniciado em dezembro/2017. A previsão para a segunda etapa da coleta de dados, realização dos Grupos Focais, está previsto para iniciar em fevereiro de 2018.

Público Direto:

22 profissionais da rede comunitária capacitados como pesquisadores de campo
144 bibliotecas pesquisadas diretamente

Público Indireto:

Usuários e parceiros das bibliotecas comunitárias espalhadas por todo o território nacional
Gestores Públicos
Investidores privados
Centros de Estudos e Pesquisas Acadêmicos

Mobilização de recursos para a ação:

Foi mobilizado um total de R\$266.320,86, para pagamento de uma equipe de 02 pesquisadoras acadêmicas; 05 pesquisadoras técnicas; 22 pesquisadores de campo e uma equipe de apoio composta por 02 jovens profissionais.

Foi adquirido um computador de última geração, uma impressora e suprimentos de escritório.

Cerca de R\$15.000,00 foram investidos na manutenção da organização.

3.2.5 - Incidência Política nas áreas de Educação e Cultura

O Centro Luiz Freire atua em duas frentes importantes para a incidência política, nas três esferas, para a efetivação dos direitos humanos à educação e cultura, a seguir detalharemos cada uma delas seus desdobramentos e resultados:

Esfera Nacional

- **Campanha Nacional pelo Direito à Educação** - o CCLF é um dos fundadores da CNDE e integra seu Comitê Diretivo. 2017 foi marcado por muito esforço para enfrentar o bárbaro retrocesso que se impôs sobre os direitos sociais, especialmente os direitos à saúde e educação, desde o golpe impetrado em 2016. Foi um ano de muita luta e poucas vitórias, uma delas foi impedir que fosse aprovado o projeto Escola Sem Partido, que proíbe qualquer discussão de gênero ou identidade, no âmbito das escolas brasileiras.

Outro ponto positivo foi a CNDE ter assumido a coordenação da Campanha 100 milhões por 100 milhões, idealizada pelo indiano nobel da paz Kailash Satyarthi em parceria com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, articulando assim duas dimensões fundamentais para a garantia dos direitos humanos. Lançada, como parte das ações da Semana Mundial de Educação, em 12 de junho/2017, no Congresso Nacional, contou com a presença do seu idealizador.

A CNDE integra o Fórum Nacional de Educação, que sofreu um desmonte a partir de um decreto que destituiu organizações integrantes dessa instância, nomeando outras organizações, algumas que nunca tiveram qualquer participação na discussão e avanço das políticas públicas para o setor. Como forma de resistência foi criado o Fórum Nacional Popular de Educação que está planejando a realização da Conferência Popular de Educação, paralelamente ao movimento oficial do governo, para o início de 2018.

Em síntese as ações da Campanha em 2017 focaram a resistência à derrubada de direitos, elaborando vários posicionamentos públicos tais como: resistência à PEC dos gastos públicos; denúncias a respeito da portaria 1.129/2017 que limita a definição de trabalho análogo à escravidão; apoio à vinda da socióloga feminista Judith Butler, entre outras ações de resistência ao retrocesso político em curso no país e em defesa dos direitos humanos. Com o retrocesso também a CNDE perdeu apoiadores e teve de reduzir sua equipe executiva, impondo maiores dificuldades ainda.

- Conselho Setorial de Literatura do Conselho Nacional de Políticas Culturais

Instalado no final de 2015, o CSLLLB sofreu forte impacto do retrocesso. Foram realizadas apenas duas reuniões, sem resultados concretos. Nenhum documento produzido foi publicado e o máximo alcançado foi a resposta à LAI, feita em meados de 2017. O CSLLLB terminaria seu mandato no início do próximo ano (2018) e tem como proposta acionar o MPF para garantir a publicação dos documentos elaborados e a retomada da participação social.

Esferas Estadual e Municipal

- CNDE-PE - Comitê Pernambucano da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

O CCLF também integra o comitê PE da Campanha, e através dele participa intensamente dos mecanismos de participação e controle social no âmbito do estado e município. Como efeito dominó, no estado e no município de Recife, o retrocesso político atingiu frontalmente as políticas públicas de educação e o enfrentamento aos projetos de lei que barravam direitos conquistados no PNE e que estavam em processo de incorporação nos PME e PEEs.

Também na esfera municipal as instituições integrantes do Fórum Municipal de Educação, instância de participação e controle das políticas setoriais foram destituídas por um decreto municipal e outras organizações foram nomeadas para compor essa instância. Em decorrência, também a nível municipal, foi criado o Fórum Municipal Popular de Educação que vem reunindo esforços e fazendo resistência ao desmonte das políticas setoriais.

Já na esfera estadual, embora os projetos de lei tivessem também repercutido, houve resistência e não foram aprovados, bem como não houve desmonte do Fórum de Estadual de Educação (FEE), entretanto o FEE aderiu ao FNPE - Fórum Nacional Popular de Educação e fará a 3a. Conferência Estadual de Educação,

simultaneamente à 1a. Conferencia Estadual Popular de Educação, como estratégia de fortalecimento da resistência democrática.

- Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - O CCLF é um dos fundadores e integrante do Grupo Gestor do Fórum, criado em 2006. Em 2017, o Fórum avançou na construção das políticas públicas de educação, participando ativamente do mapeamento das bibliotecas públicas (comunitárias, escolares, municipais e estaduais) e do diagnóstico rápido participativo com representantes da cadeia produtiva do livro, que foi concluído em todo o estado de Pernambuco. O material encontra-se em processo de sistematização para ser considerado na formulação do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado de PE.

O Fórum também elegeu dois representantes para o Conselho Estadual de Política Cultural, que contribuiu para o avanço das discussões sobre a construção da política de Estado, levando pautas e pleitos para o Conselho e conseguindo aprovar várias delas, especificamente a respeito de editais e investimentos.

- Grupo Executivo para a Elaboração do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas - O CCLF integra o grupo executivo, responsável pela elaboração do texto base para o PELLLLB que, em 2017, iniciou o trabalho de organização dos resultados das escutas e mapeamentos dos dados coletados entre os anos de 2016 e 2017. Esse grupo é composto por 12 membros, 4 representantes do elo produtivo, 4 do elo criativo e 4 do elo mediador; sendo 6 indicados pelo governo e 6 eleitos pela sociedade civil. O plano deve ficar pronto até meados de abril de 2018, quando deverá ser levado à público em audiência no legislativo para posterior votação em plenário e aprovação pelo executivo.

- Preparação para IV Conferência Estadual de Cultura de Pernambuco - Em 2017 o CCLF atuou e participou juntamente com parceiros como a Releitura - Rede de Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana do Recife (Releitura) nas pré-conferências estaduais de cultura para ampliar a participação da sociedade civil na preparação da IV Conferência Estadual de Cultura.

Em novembro, nas pré-conferências preparatórias para a IV Conferência Estadual de Cultura de Pernambuco a articulação do Fórum PE em Defesa das BLLLLL, conseguiu eleger cinco delegados delegadas e delegados do setorial de literatura em Pernambuco, quatro integrantes da Releitura e uma representante do CCLF. O resultado positivo reflete o amadurecimento de um longo processo de formação para a incidência política junto a bibliotecas comunitárias, promovido pelo CCLF segundo os princípios de autonomia e fortalecimento dos sujeitos. Outros avanços conquistados pelo CCLF e suas parcerias articuladas do FPDBLLL no evento referem-se à eleição de metade dos componentes da sociedade civil para a Comissão Setorial do Livro, importante instância de co-gestão das políticas de cultura para a literatura; além de aprovar - na pré-conferência setorial, nos eixos de discussão sobre “Patrimônio Cultural e Memória” e “Território, Territorialidades e Políticas Afirmativas” propostas que imprimem a participação social na gestão das políticas e editais de incentivo e fomento específicos que garantam o acesso de pessoas das comunidades tradicionais e do campo (indígenas, quilombolas, ciganos, povos de terreiro, entre outros). Em março de 2018, acontecerá a IV Conferência Estadual de Cultura de Pernambuco que tratará do plano para o Sistema de Cultura de Pernambuco.

- Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena – CEEIN - As reuniões do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena – CEEIN são realizadas de forma ordinária a cada dois meses ou de acordo com as necessidades dos povos que demandam reuniões extraordinárias. A partir de agosto de 2017, as reuniões passaram a acontecer em Arcoverde o que não foi visto de forma positiva pelos povos uma vez que estarão longe da Secretaria de Educação, o que acarreta, segundo estes, um tempo maior para devolutiva de suas demandas, as quais são recorrentes, tais como: contratos atrasados, profissionais para atendimento educacional especializado, cozinheira nas escolas; pagamento da ajuda de custo para participação do CEEIN que está atrasado desde 2014;

Uma das discussões ocorridas no segundo semestre de 2017 tratou da não participação dos povos indígenas de Pernambuco na II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, por não aceitarem o governo golpista e também pela maneira com a qual os Povos Indígenas de todo o país foram recebidos e tratados em Brasília durante o Abril Indígena. No “Acampamento Terra Livre”, o Abril Indígena reuniu cerca de 3 mil indígenas na Esplanada dos Ministérios para protestar contra retrocessos dos direitos dos povos originários do Brasil, que segundo denúncia destes é a "maior ofensiva contra os direitos nos últimos 30 anos", além do agravante de terem sido recebidos com gás lacrimogêneo e confronto com policiais que lhes impediram acesso ao Congresso Nacional.

Outra discussão que sempre volta a ser pautada nas reuniões do Conselho, e em 2017 não foi diferente, versa sobre a criação da categoria de Professor Indígena, que é uma luta que já se estende por quase 17 anos, mas pouco tem caminhado para efetivação do cargo na forma da Lei para garantir os direitos que os professores indígenas têm de exercerem a função e serem assim legalmente reconhecidos/as. A falta de consenso entre o que a Secretaria Estadual de Educação propõe – um currículo único para todos os povos – e o que reivindicam os povos – um currículo específico para cada povo – é um dos principais entraves no avanço da discussão.

Em Novembro, de 6 a 8, aconteceu a V Conferência Estadual de Educação Escolar Indígena com o tema central “Território Etnoeducacional”. A Conferência ocorreu no município de Gravatá e teve por objetivo consolidar as reivindicações dos povos para a melhoria da educação escolar indígena. O Reconhecimento da categoria do professor indígena e a criação de um conselho normativo são algumas das reivindicações dos povos. Durante a Conferência, os povos participaram de debates em que foram apresentados diversos painéis sobre questões como projeto político-pedagógico, memórias das conferências anteriores, território etnoeducacional e orçamento da educação escolar indígena. Ao final do evento, eles criaram um documento com um resumo das propostas e entregaram à Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco (Copipe). Em seguida, o documento foi enviado ao Governo do Estado para dar os encaminhamentos das demandas. O Centro participou da abertura da Conferência.

O CCLF vem acompanhando as discussões e deliberações do CEEIN a convite dos povos indígenas e também da Secretaria de Educação do Estado em virtude de todo o histórico e compromisso com a educação escolar indígena no Estado.

Em meados de 2015 iniciamos o Projeto “Gestão territorial e ambiental na Terra Kapinawá”, que foi encerrado em abril de 2017. O objetivo deste projeto foi apoiar o povo Indígena Kapinawá no mapeamento territorial para a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da sua área.

Esse projeto foi implementado a partir da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (Decreto Presidencial nº 7747 de 05/06/2012) e da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187 de 29/12/2009), atendendo a diretrizes e princípios dessas políticas. Ao final do Projeto, foi feito o registro da experiência com duas publicações: **Kapinawá: território, memórias e saberes**” (impressa) e **“O tempo e a Terra: Mapeando o Território Indígena Kapinawá”** (versão digital), ambas produções elaboradas em coautoria com técnicos do CCLF e indígenas Kapinawá, e definida em conteúdo e objetivos com os Kapinawá ao longo do projeto.

O produto em versão impressa, foi entregue à Superintendência de Políticas Educacionais Indígenas num total de 10 exemplares a serem distribuídos com os povos indígenas do Estado. Também foram disponibilizados: um (01) exemplar para UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco, um (01) para a UFPE – Universidade Federal de Pernambuco e 01 exemplar para FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Todas as entregas foram realizadas durante as reuniões do CEEIN. O livro em versão digital pode ser acessado na página do Centro de Cultura Luiz Freire, junto com as demais publicações do CCLF.

Público

As ações de incidência política desenvolvidas pelo CCLF chegaram diretamente a cerca de 2 mil pessoas, articuladas nos espaços de participação.

Mobilização de recursos para a ação

A ação não dispõe de recursos específicos, sendo realizada com recursos de três vias: mobilizados pela própria Campanha Nacional pelo Direito à Educação, através da elaboração de projetos, dos quais o CCLF é também colaborador na formulação; recursos da secretaria de cultura do estado para transporte, alimentação e hospedagens; e recursos próprios dos/as profissionais envolvidas/os nas ações, como parte de seu ativismo/militância política.

3.2.6. Biblioteca Solar de Ler & Café do Centro

A inauguração do Café com uma gestão mais dinâmica e ativa aconteceu em janeiro de 2017. Desde então, a Biblioteca e o Café, vem funcionando de forma cada vez mais sistemática e progridem numa experiência de articulação conjunta, que tem se demonstrado bem sucedida e avança no objetivo de se afirmar como espaço de ocupação cultural no Sítio Histórico da cidade de Olinda, sendo requisitado para ações que promovem vivências artísticas, diálogos de identidades culturais e ainda a formação de plateias para formatos de eventos menos usuais, e ainda de promoção da cultura, da leitura e da literatura como Direitos Humanos. A seguir, detalhes das ações desenvolvidas por essa proposta articulada e espaço cultural de convivência comunitária e biblioteca pública.

Biblioteca “Solar de Ler” - Acervo, estrutura e sentido

Completamente reestruturada e reativada em 2016, a Biblioteca Solar de Ler, e, embora ainda não dispondo de uma equipe exclusiva para a gestão e atendimento, vem conseguindo cumprir um importante papel como referência para profissionais do CCLF e para educadores e produtores culturais de Olinda e Região Metropolitana do Recife, e tem como objetivos:

- ser referência para a formação de leitores literários
- ser referência e oferecer suporte para a atuação do CCLF e de seus parceiros
- ser referência em literatura sobre a defesa de direitos humanos, especialmente nas áreas de educação, cultura e comunicação
- ser um espaço para a experimentação de novas práticas de formação de leitores e de produções artísticas e culturais anti - hegemônicas
- ser um espaço totalmente aberto para a comunidade em geral
- ser um espaço de articulação com o café para as produções lítero-culturais e gastronômicas

O acervo da Biblioteca está composto por cerca de 4 mil títulos, que estão ainda em processo de tombamento e classificação por não dispor de recursos para pagamento de um/a bibliotecária/o exclusiva para a biblioteca. A prioridade para o desenvolvimento de coleções da Biblioteca centra-se na literatura de ficção e poesia, além de um acervo qualificado nas áreas de direitos humanos, com foco especial em educação, cultura, comunicação e artes. Entre as coleções da biblioteca, encontra-se com destaque o acervo de publicações do CCLF, produzidas ao longo dos seus 45 anos. Dentro do propósito de desenvolvimento de coleções que se mantêm em contínua e permanente expansão, em 2017 foram incluídos pouco mais de 200 títulos, doados com recursos do Funcultura-PE, via edital aberto para formação de leitores, resultado da incidência política do movimento de direito à leitura, protagonizado pelo Fórum PE em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura. Assim, acervo foi acrescido por 98 títulos de ficção para adultos; 07 livros de imagens livres; 59 títulos infantis; 25 juvenis e 21 técnicos, perfazendo um total de 210 obras atualizadas. Esse acervo atualizado foi tombado e classificado, além da triagem da reserva técnica que dispunha de pouco mais de 1 mil livros, com o apoio de estudantes e voluntários.

Com aporte de recursos mobilizados pelo projeto Bibliotecas Comunitárias no Brasil: impactos na formação de leitores, e por outros projetos, conseguimos equipar com um computador e uma impressora de última geração e, ainda, manter uma equipe remunerada, composta pela coordenadora do programa e dois jovens pesquisadores técnicos que, embora não dedicada ao atendimento, garante a manutenção do espaço aberto com empréstimos de livros, consulta ao acervo e realização de atividades educativo-culturais. Em função do limite para o atendimento específico, durante cerca de três meses, a biblioteca abriu exclusivamente aos sábados para esse fim. Em 2018, com a diminuição da demanda do projeto sobre a equipe, a proposta é abrir exclusivamente para o atendimento, pelo menos em três tardes por semana, mas o espaço se manterá aberto todos os dias para consulta e leituras autônomas.

Café do Centro - Ambiente, produtos e sentidos

Como negócio social, o Café do Centro tem se desenvolvido e apresentado resultados positivos, sendo praticamente autossuficiente ao gerar recursos que vêm sendo investidos em equipamentos e insumos que permitem maior diversidade nos produtos ofertados e na administração do empreendimento cultural. Mantém uma rotina de atendimento diário durante o período da tarde e início da noite, em sintonia com a circulação de pessoas, potenciais clientes, no Sítio Histórico de Olinda. Dessa forma, seu funcionamento garante a recepção de visitantes, que provavelmente não

teriam contato com a instituição, além de contribuir com a segurança da via pública por estimular a circulação de pessoas no local.

Outro aspecto que vem sendo aprimorado pela gestão do Café do Centro é um estudo do público e o desenvolvimento de produtos e serviços que busquem sentido para a fidelização dos/as visitantes ao espaço. Assim, a inclusão de itens gastronômicos, tais como a mudança do uso de café feito por máquina, para o tradicional café de coador; produtos veganos; alimentos que respeitam o ambiente e a natureza humana em seus processos, da produção ao consumo, tem sido outra singularidade no desenvolvimento dessa proposta.

Do ponto de vista da sua estrutura física, a gestão tem reinvestido parte dos recursos apurados com a comercialização de produtos na melhoria do ambiente e dos seus equipamentos. O aprimoramento do espaço físico tem possibilitado cada vez mais o aconchego e o chamamento das pessoas para adentrar ao espaço, tornando-se assim uma espécie de recepção-convite para que as pessoas que transitam pela cidade entrem e também conheçam o Centro Luiz Freire, como organização cultural de direitos humanos

Finalmente, a intencionalidade de instalar o Café do Centro, irmanado ao espaço da Biblioteca Solar de Ler, tem como sentido mais profundo provocar e oferecer-se como ambiente de convivência, de contato com os livros, com momentos de leituras regados a um café, dar-se ao prazer de ouvir - e declamar - um poema, ou um bom recital intimista, participar, ou abrir, uma roda de conversa entre amigos para discutir temas de interesse, (re)descobrir o prazer de encontros presenciais com boas companhias. Além disso, fazer com que as pessoas sintam-se tão confortáveis e integradas, que possam compartilhar suas ideias, estimular seus desejos a ponto de se colocarem como protagonistas, propondo também, elas próprias, ações artísticas, educativas e culturais, sendo mais uma estratégia de incentivar uma cultura de fruição, defesa e promoção dos direitos humanos.

A seguir descreveremos as diferentes atividades culturais realizadas pelo Solar de Ler e Café do Centro, durante o ano de 2017:

- Coisas que se contam nas Olindas

Atividade idealizada desenvolvida em parceria com a Ekó- Educação e Cultura, desde 2015. São atividades culturais cuja centralidade está na formação de público leitor através da contação de histórias, leituras de textos literários, música e poesia, cuja finalidade é possibilitar a vivência da literatura como Direito Humano. Em 2017, aconteceram 09 edições, três dirigidas ao público infantil, realizadas nos meses de abril, julho e outubro; e 06 dirigidas ao público adulto, realizadas nos meses de março, maio, junho, agosto, setembro, e novembro. No total foram mobilizados cerca de 600 pessoas, destas 120 aproximadamente foram crianças entre 02 e 12 anos. Para as atividades contamos com a parceria voluntária de cerca de 40 profissionais, entre músicos, contadores de histórias, escritores, poetas, produtores culturais e mediadores de leitura. Embora o custo de cada edição esteja estimado em cerca de 10 mil reais, entre cachês, transporte, decoração/ ambientação e alimentação, a atividade é totalmente colaborativa.

Lançamento de livros - A biblioteca sediou três lançamentos de obras literárias de relevância nacional e internacional.

- Em julho, o escritor angolano José Eduardo Agualusa esteve no CCLF, lançando o seu último romance "A Sociedade dos Sonhadores Involuntários". O evento contou com uma roda de conversa com o autor e sessão de autógrafos. Embora tivesse caído um forte temporal imprevisto, houve a presença de cerca de 50 pessoas.
- Em novembro, tivemos o lançamento de dois livros: livro "A Pequena Prisão", de Igor Mendes, com depoimentos do jovem que foi preso durante as manifestações de 2013, o lançamento também teve bate-papo com o autor e convidados, que atraíram um público de 20 pessoas, e a articulação entre duas linguagens - apresentação musical intimista e literatura. onde contamos também com uma combinação de música e literatura. O evento inaugurou o projeto "**Palco Intimista**", proposta que será desenvolvida ao longo de 2018.
- Ainda em novembro, houve o lançamento do livro "O Poeta" do escritor Milton Maria Pitanga reuniu cerca de 50 pessoas que também contaram com apresentações musicais comemorativas do Dia Nacional da Consciência Negra – 20 de novembro.

Para 2018, já está sendo preparado pelo menos dois outros lançamentos: um nacional e outro internacional; além de manter o espaço aberto aos autores locais e regionais para lançamento de suas obras.

Cine Debate - Em 25 de julho, também no espaço da Biblioteca Solar de Ler, realizamos uma atividade comemorativa do Dia da Mulher Negra Latino Americana Caribenha, com um cine debate a partir da exibição do curta-metragem "Cores e botas", da cineasta negra Juliana Vicente, e uma roda de autocuidado para o público presente, composto de cerca de 40 pessoas – em sua maioria, mulheres negras e jovens.

Café Astrológico - "Bate papo astrológico", com o astrólogo Bruno Albuquerque, no dia 9 de novembro, público de 15 pessoas e o "Café com som", apresentação intimista da cantora Nicole Horsford e banda durante a programação da I Mostra de Moda de Olinda (Momo) e contou com a participação de 30 pessoas.

LiterArte - LiterArte é uma ação proposta pela jovem pesquisadora integrante do Projeto de Pesquisa Bibliotecas Comunitárias no Brasil e com outros jovens parceiros e parceiras. Trata-se da organização de debates integrando diversas linguagens artísticas, protagonizadas por jovens negras e negros, especialmente, e de periferia. A organização parte do interesse por algum tema polêmico que esteja em voga na sociedade e provocando o pensar juvenil. Em 2017, foram realizadas duas edições. A primeira, denominada **Apropriação Cultural, um conceito em debate: turbante e/ou torço – quem pode ou não pode usar?** tema extremamente polemico em função de duas situações específicas de apropriação e/ou esvaziamento cultural. Esta edição contou com a presença de cerca de 30 pessoas, entre elas representantes de povos de matriz africana, de terreiros e de jurema. A segunda edição, foi pautada durante a realização da primeira edição, quando um dos participantes manifestou seu

entendimento sobre a presença de mulheres na capoeira, como um dos exemplos que escolheu para expor sua posição acerca do debate que acontecia. Sua posição causou *frisson*, especialmente nas mulheres jovens que, então propuseram o tema: O papel da mulher na construção da cultura de rua. A segunda edição contou com mulheres envolvidas com 04 movimentos culturais: hip hop, punk, capoeira e movimento cultural comunitário e teve show de música e poesias autorais, o evento reuniu cerca de 20 mulheres negras e jovens e, por incrível que pareça, um único jovem do sexo masculino compareceu, o que para todos reafirmou o machismo e a resistência que ainda impera sobre o empoderamento das mulheres.

Teatro e literatura - Como parte do propósito de defender a literatura como direito humano e de promover a formação política para os diferentes sujeitos, garantindo a formação de novos quadros, foram realizados também em 2017 dois espetáculos de teatro intimistas, descritos a seguir:

- **Paidea** - uma homenagem a Paulo Freire, realizado pelo grupo Grão Único apresentado especialmente como parte do processo de formação político-literária da equipe de pesquisa de campo do Projeto Bibliotecas Comunitárias: Impacto na formação de leitores. Assistiram ao espetáculo 22 jovens pesquisadores e pesquisadoras, de 21 cidades brasileiras localizadas nas regiões N, NE, S e SE, e as equipes de pesquisadores/as da UFPE/CEEL (Centro de Estudos em Educação e Linguagem) e da UNIRIO/GBP (Grupo de Pesquisas Bibliotecas Públicas) além dos profissionais do Centro de Cultura Luiz Freire.

- **O mendigo ou o cachorro morto de Bertold Brecht** - Encenado pela atriz Weracy Costa, com o acompanhamento do rabequeiro Fritz Ribeiro, adaptado do original de Brecht, o espetáculo foi aberto ao público em geral. A participação foi gratuita e a colaboração espontânea por parte do público diretamente no chapéu da atriz. Assistiram ao espetáculo cerca de 20 pessoas, incluindo turistas que passavam pela cidade.

- **35º Encontro de Sanfoneiros da Mata Norte e Região Metropolitana de Pernambuco** - a organização de sanfoneiros procurou o Solar de Ler para contribuir com a organização do seu 35º encontro. Pela importância de garantir a continuidade do evento para a cultura tradicional, a Biblioteca e o Café se juntaram à organização do evento, que foi realizado no dia 22 de dezembro e reuniu 15 sanfoneiros e um público total de cerca de 40 pessoas.

Integrado ao evento foi realizado, no espaço do Solar de Ler, o Bazar da Cidadania, um brechó de roupas doadas promovido pela Ação Cidadania, e que tem como finalidade levantar recursos financeiros para o apoio às Comunidades Quilombolas de dois territórios pernambucanos.

Exposições / instalações artísticas:

- **Minha arte é engajada e indignada** - Em 2017 foi realizada a primeira exposição/instalação artística no espaço Solar de Ler/ Café do Centro, de autoria do artista plástico e compositor Paulo Perdigão, apresenta através de suas esculturas uma viagem antropológica colocando questões ligadas às lutas políticas vivenciadas por ele durante o regime militar e que influenciaram sua arte e sua escolha pelo samba como música de resistência. Prestigiaram a exposição que ficou durante 15 dias para o acesso ao público, amigos, familiares e transeuntes. No dia da vernissage houve a

degustação de pão com mortadela e coxinhas, como forma simbólica de manifestação, engajamento e indignação com a atual situação política vivida no país.

Público das atividades realizadas pela Biblioteca Solar de Ler e Café do Centro

Ao todo, estima-se que o público mobilizado diretamente foi de cerca de 1.500 pessoas. 80% jovens, mulheres e negras; 10% crianças de 2 a 12 anos e 10% de público de outras idades e de homens, boa parte negros, mas também brancos e brancas e de classe média.

Recursos mobilizados

Recursos Humanos - envolveram-se colaborativamente na realização das atividades mais de 60 profissionais, entre eles/as lideranças de terreiro, mestres da cultura popular, sanfoneiros, músicos, produtores culturais, escritores/as, educadores/as, músicos/as, atores/as, artistas plásticos, compositores/as, bibliotecários/as e estudantes. O trabalho realizado por esses parceiros e parceiras foi estimado no valor de R\$ 48 mil, caso fosse pago um cachê de R\$ 800,00 para cada profissional, estimado inclusive abaixo do preço de mercado. Entretanto todos/as os profissionais doaram seus serviços de forma colaborativa, não cobrando nenhum valor financeiro à instituição.

Recursos materiais

Foram adquiridos por recursos mobilizados por diferentes projetos:

1 computador de última geração no valor de R\$3.900,00

1 impressora multifuncional de última geração no valor de R\$1.000,00

210 livros de literatura de ficção e poesia, no valor de R\$11.000,00

Totalizando R\$17.900,00 em bens materiais adquiridos para a biblioteca Solar de Ler.

Recursos financeiros mobilizados por essas ações

A partir das atividades realizadas no Solar de Ler foi mobilizado para a instituição o valor de R\$ 6.400,00 pelo uso do espaço para atividades de formação de mediadores de leitura e mapeamento cultural, projetos captados pela coordenadora do Programa junto ao fundo estadual de cultura, como proponente de projetos culturais.

RECURSOS HUMANOS DA ÁREA DE DIREITO À EDUCAÇÃO E À CULTURA

Equipe Institucional				
Formação	Função	Qtde	Carga horária semanal	Vinculo com a entidade
Biblioteconomista - especialista em Literatura Infantil e Arteterapia	Responsável pela coordenação da área	01	Não definida	Pessoa Jurídica para algumas ações e voluntária para outras
Estudante de Psicologia	Secretaria Executiva da Pesquisa e Biblioteca	01	40h	MEI para a pesquisa e voluntária em ações de incidência política e na biblioteca

Mestre em educação	Apoio técnico ao Projeto de Pesquisa e Biblioteca	01	40h	MEI para a pesquisa e voluntário em ações de incidência política e na biblioteca
Professora	Co-responsável pela administração do Café do Centro	01	Não definida	Parceira / colaborada / gestora do Café do Centro
Mestre em Ciências Humanas	Co-responsável pela administração do Café do Centro	01	Não definida	Parceira / colaborada / gestora do Café do Centro
Equipe colaborativa formada por parceiros externos que apoiam mais sistematicamente as ações				
Formação	Função	Qtde	Carga horária semanal	Vinculo com a entidade
Pedagoga e especialista em literatura infantil	Colaboradora em várias ações / coordenação Pedagógica no Curso “Nas Asas da Palavra” Idealizadora e coordenadora das Coisas que se Contam nas Olindas	01	Não definida	Colaboradora voluntária
Educador físico e Gestor de biblioteca comunitária parceira	Colaborador/ apoio logístico no Curso “Nas Asas da Palavra”	01	Não definida	Colaborador voluntário
Pedagoga e mestranda em educação musical	Colaboradora do Coisas que se Contam nas Olindas e nas diferentes ações lítero-culturais	01	Não definida	Colaboradora voluntária
03 Gestoras de bibliotecas comunitárias (1 socióloga; 1 pedagoga com formação para a 1a.	Colaboradores em várias ações de incidência nas políticas públicas e na disseminação	03	Não definida	Colaboradoras voluntárias

infância; 1 pedagoga e especialista em literatura infantil	da bandeira de luta da Literatura como Direito Humano			
Pedagoga e dirigente escolar	Colaboradora várias ações	01	Não definida	Colaboradora voluntária
Ator e produtor cultural	Colaborador várias ações	01	Não definida	Colaborador voluntária

Abrangência territorial das ações em Defesa do Direito Humano à Educação e Cultura
Local - ações direta de formação, produção cultural e incidência nas políticas públicas
Nacional - ações direta de formação, produção cultural e incidência nas políticas públicas e através da atuação e do fortalecimento de Redes
Internacional - A convite para participar de eventos promovidos por governos e/ou fóruns de debates e congressos especialmente na América Latina (Chile, Argentina e Colômbia, especialmente)/ intercambio em construção com Moçambique através da Releitura - Rede de Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana do Recife.

• **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA A ÁREA**

Consultoria ao Instituto C&A

Financiamento da Pesquisa sobre Bibliotecas Comunitárias - Instituto C&A e outros parceiros que começam a ser mobilizados como os fundos de pesquisa das universidades e do Centro Regional para el Fomento del Libro em América Latina y el Caribe – Cerlalc

Fundos mobilizados por parceiros (a exemplo do Funcultura)

Trabalho voluntário

Consultorias específicas em palestras, seminários e oficinas

• **DESTACAR SE EXISTE COBRANÇA DOS PARTICIPANTES ATENDIDOS:**

Todas as atividades realizadas na área de educação e cultura são gratuitas

PARCERIAS DO PROGRAMA EM DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO E À CULTURA:

- Instituto C&A
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação - CNDE
- Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - FPEBLLL
- Releitura - Rede de Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana do Recife
- Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias - RNBC
- Ekó Educação e Cultura
- Dayse Constantino - produtora cultural
- CEEL - Centro de Estudos em Educação e Linguagem – Universidade Federal de Pernambuco
- Grupo de Pesquisa em Bibliotecas Públicas - GPBP da UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
- Gabinete da Senadora Fátima Bezerra
- Gabinete da Deputada Teresa Leitão
- Gabinete do Deputado Edilson Silva
- Movimento Cultural Boca do Lixo

- Cartoneira do Mar
- Guardador de Poetas
- Associação de Profissionais Bibliotecários de PE
- Estudantes de Biblioteconomia da UFPE
- Professores, mediadores de leitura, escritores e produtores culturais locais (PE)
- Conselho Setorial do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (CSLLLB)
- Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco

3.3 - DESENVOLVIMENTO EM POVOS INDÍGENAS

O desenvolvimento, enquanto direito humano, exige o respeito às identidades étnicas, raciais e culturais; e aos processos específicos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das comunidades urbanas. O desenvolvimento encontra-se, portanto, em momentos distintos de construção nesses diferentes grupos. O CCLF sempre se colocou como um aliado nessa construção, e respeita as especificidades históricas das organizações, contribuindo para o fortalecimento de seus próprios referenciais culturais em diálogo permanente com a sociedade.

3.3.1 - Projeto: Gestão territorial e ambiental na Terra Kapinawá

Esse projeto, iniciado em meados de 2015, foi concluído em abril de 2017. Firmado através de convênio com Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) com objetivo de apoiar o povo Indígena Kapinawá no sentido de realizar o mapeamento territorial voltados para a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) através de diagnósticos participativos com o povo indígena.

A intenção foi contribuir na implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI (Decreto Presidencial nº 7747 de 05/06/2012) e da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187 de 29/12/2009) atendendo a diretrizes e princípios dessas políticas. Por fim, também propomos a elaboração de publicação desta experiência de PGTA que foi elaborada em coautoria dos técnicos do CCLF e indígenas Kapinawá, e definida em conteúdo e objetivos com os Kapinawá ao longo do projeto.

A Aldeia Kapinawá, localizada no bioma da Caatinga, sendo o território habitado situado entre três municípios pernambucanos, na transição do agreste para o sertão do estado; são eles: Buíque, Tupanatinga e Ibimirim e a população estimada é de cerca de 2.000 pessoas, segundo dados das lideranças locais.

Cerca de 200 pessoas, lideranças, jovens, professores e professoras, agentes de saúde e idosos de todas as mais de 25 aldeias Kapinawá são atendidas diretamente e mais de 2 mil, indiretamente, pelas ações do projeto.

O projeto se encerrou com o lançamento de duas publicações sobre o Mapeamento: uma de autoria dos indígenas e outra com o resultado do etnomapeamento do território produzido pela equipe técnica do projeto. As publicações contam com fotografias, mapas, textos e desenhos e será disponibilizada em meio físico (livros em papel) e também por via eletrônica, a publicação impressa (1.000 mil livros) foi distribuída nas escolas indígenas no estado de Pernambuco e também em bibliotecas públicas na capital. A publicação digital está disponível no biblioteca virtual do CCLF no site da instituição.

• **QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS:**

Público Direto:

Estiveram envolvidos diretamente nas atividades de formação cerca de 200 pessoas, entre as quais lideranças, jovens, professores e professoras, agentes de saúde e idosos de todas as mais de 25 aldeias Kapinawá que são atendidas diretamente.

Público Indireto:

As mais de 2 mil pessoas que compõem o território são atendidas de forma indireta uma vez que o projeto tem por objetivo pensar a extensão do território como um todo.

• **DIA/HORÁRIO/PERIODICIDADE:**

O projeto foi desenvolvido in loco, no Território Kapinawá, de forma que as atividades eram realizadas em formato de oficinas descentralizadas que buscaram reunir as pessoas em três polos do território para alcançar um número maior de pessoas. As oficinas eram realizadas em aproximadamente por trimestres. O projeto teve início em agosto de 2015 e estendeu-se até o primeiro trimestre de 2017.

• **RECURSOS HUMANOS:**

Profissão	Função no Programa	Quantidade	Carga horária semanal	Vinculo com a entidade
Antropóloga	Coordenadora	03	Por produto	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Historiadora	administrativo	03	Por produto	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Biólogo	Biólogo	03	Por produto	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Antropólogo	Supervisor técnico	03	Por produto	RPA
Equipe de apoio administrativo do CCLF				

• **ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:**

A abrangência do projeto foi locada no Território Kapinawá, localizado no bioma da Caatinga, situado entre três municípios pernambucanos, na transição do agreste para o sertão do estado: Buíque, Tupanatinga e Ibimirim.

• **RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DA ATIVIDADE REALIZADA:**

O principal resultado do projeto foi iniciar a reflexão sobre a importância de planejar de forma coletiva a gestão territorial e ambiental do território. Nesse sentido foram mobilizadas nas atividades de formação cerca de 200 pessoas, entre as quais lideranças, jovens, professores e professoras, agentes de saúde e idosos de todas as mais de 25 aldeias Kapinawá. Estas pessoas serão multiplicadoras da temática no território.

Além disso, todo o debate e reflexões sobre a gestão do território foram sistematizadas nas publicações do projeto, de forma que há o registro dos debates que poderão a partir de então avançar para atividades práticas para a gestão compartilhada do território.

Outro resultado imediato do projeto foi a implementação de um sistema de aproveitamento de águas cinzas de uma das escolas indígenas do território. O sistema de aproveitamento foi construído em oficina com técnicos do projeto e alunos e professores da referida escola, de forma que, estes também poderão ser multiplicadores dessa tecnologia de aproveitamento de água.

A partir das publicações, os resultados do Projeto serão disponibilizados para vários públicos, a exemplo de estudantes de todos os níveis e público em geral interessado na temática.

• **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

Edital Fundo Clima, com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Convênio com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

• **DESTACAR SE AS ATIVIDADES SÃO GRATUITAS PARA OS USUÁRIOS.**

Todas as atividades do projeto foram custeadas com os recursos do Projeto Aprovado pelo Edital Fundo Clima e gratuitas ao público destinatário da ação.

PARCERIAS:

- Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)
- Associação Nacional de Ações Indigenista (ANAI)
- Povo Kapinawá

3.4 - PROJETO CIRANDA

O CCLF juntamente com outras 4 instituições: Action Aid, Etapas, Mirim Brasil e Usina da Imaginação/Favela News, aprovou no ano de 2016, junto à Fundação Bernard Van Leer e OAK Foundation um projeto que objetiva uma ampla mobilização da sociedade civil, organizações, grupos informais, ativistas e famílias para criar um movimento em prol da primeira infância na Região Metropolitana do Recife que tem como objetivo sensibilizar e articular a sociedade civil para pensar e promover ações para a melhoria da qualidade de vida de crianças pequenas. O Projeto pretende colocar em diálogo, diferentes atores sociais (inclusive o poder público), para pensar e desenvolver estratégias públicas, privadas e individuais para melhorar os cuidados de crianças com idades entre 0 e 6 anos.

Espera-se também ver um engajamento entre autoridades locais e membros da comunidade no planejamento urbano da cidade e prestação de serviços. Ao final do projeto pretende-se que o diálogo entre poder público e sociedade civil auxilie no aumento e melhoria de serviços voltados a crianças pequenas e auxilie na construção de uma cidade voltada ao seu desenvolvimento. O projeto está sendo desenvolvido inicialmente em 4 bairros: Canal do Arruda, Rosa Selvagem e Ibura, em Recife e Peixinhos/Olinda. O período de execução é de 2 anos e meio, tendo iniciado

em 1º de dezembro de 2016 e se encerra em 1º de junho de 2018.

O CCLF está atuando no projeto a partir das áreas de Comunicação, Educação via Bibliotecas Comunitárias e oficinas de Orçamento Público. Ao longo do primeiro ano do Projeto várias foram as ações desenvolvidas nas comunidades envolvidas, ações estas que foram executadas em parceria com as outras organizações que também participam do Projeto.

As atividades do Projeto Ciranda aconteceram ao longo do ano de 2017. No primeiro semestre foram realizadas duas reuniões abertas para apresentação do projeto em Peixinhos - que dentro do Projeto é a área que fica sob a responsabilidade do CCLF - e nesses dois momentos foi feita uma construção coletiva de mapa das prioridades da primeira infância na comunidade. Nele, estão destacados os locais e serviços públicos e privados que existem e dão suporte às famílias e crianças e também as áreas com população mais vulnerável nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, etc.

Empreendemos, por este Projeto uma experiência nova em oficinas para a equipe do Programa de Direito à Comunicação. Entre os meses de junho e agosto, realizamos encontros formativos na temática “Mídia e Direitos Humanos” voltados para um público composto, em sua extensa maioria, por crianças e adolescentes das comunidades de Vila 27 de Abril e Portelinha (no bairro do Ibura, Recife), Canal do Arruda (Recife), Rosa Selvagem (UR-07, Recife) e Peixinhos (Olinda). Num total de oito encontros – dois em cada um dos territórios – trabalhamos perspectivas sobre a representação das periferias, e das próprias comunidades, na mídia; construção social das notícias; direito à comunicação e propriedade da mídia; sistema público de comunicação; além da realização prática de iniciativas simples e acessíveis de comunicação comunitária (jornal mural, vídeos, formatos para redes sociais, etc.). Todos esses temas nos exigiram uma revisita às nossas metodologias já consolidadas para que os assuntos pudessem ser apresentados de forma compreensível e atraente a um público bem diverso do que costumamos atender.

Um dos objetivos do Projeto e que está sob a responsabilidade do CCLF, devido ao acúmulo nesta área é a criação e fortalecimento das Bibliotecas comunitárias, para execução deste objetivo, o CCLF juntamente com a Releitura – Rede de Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana do Recife construíram um Plano de Mobilização para Implementação das Bibliotecas Comunitárias. Por tratar-se de um processo de desenvolvimento de um plano de ação foram realizadas etapas fundamentais para o sucesso da empreitada, tais como: ciclos de encontros com a Releitura e também as instituições que compõem o Projeto, bem como com o grupo gestor do projeto, objetivando a reflexão e orientação do CCLF para o processo de construção do plano. Esta ação atende a um dos princípios do CCLF, que é o fortalecimento dos sujeitos coletivos num processo de formação em serviço e como as bibliotecas podem se tornar meios para efetivação de direitos e da cidadania.

Em junho, foi dado início ao processo de formação com as comunidades, através das oficinas de Literatura e Direitos Humanos. A primeira oficina foi realizada em Peixinhos e ver a relação da comunidade com os livros ressalta que todo o trabalho e investimento que o CCLF já fez nessa área no local. O Grupo Assumindo suas Crianças – GCASC já desenvolve uma parceria local no território que trabalha com mediação de leitura, e por isso é refletido no trabalho de aproximação com a Biblioteca Multicultural Nascedouro. Essa é uma relação que já vem sendo construída há anos, pois a biblioteca foi construída pelo Movimento Cultural Boca do Lixo, há 17 anos, com

apoio do Centro. A avaliação pós oficina constata uma avaliação que se repetiu em diversas oficinas: a importância da ludicidade literária ofertada pela ficção nos momentos coletivos, como esses momentos são esquecidos para o mundo adulto e os bons resultados que esses momentos rendem.

Posteriormente essa oficina se repetiu nas demais comunidades atendidas pelo Projeto: Ibura, Arruda e Rosa Selvagem .

O projeto tem ainda como objetivo a “Mobilização de cidadãs e cidadãos para fazer campanha para a mudança e envolver-se em diálogo com a comunidade, governo e parcerias” através da “criação da frente em Defesa da Primeira Infância na RMR” e ainda “Incidência em prol de defesa de uma cidade segura, amigável e democrática” inclusive através de uma campanha de comunicação. A Campanha esta que está a cargo do CCLF. Para a construção da campanha de Comunicação, iniciamos com o ciclo de formação em Direitos Humanos, especialmente com os dois módulos da oficina de Mídia e Direitos Humanos realizadas nas comunidades, principalmente com adolescentes e jovens. Após conclusão do ciclo de formação em Direitos Humanos, foi proposto que uma atualização da proposta da campanha de comunicação em diálogo com outras atividades do projeto, devido à projeção de desembolso financeiro e a própria construção do calendário de atividades do projeto. Desenvolvemos desta forma uma nova versão do conceito da Campanha de Comunicação, no segundo semestre de 2017 e a nova proposta propôs que o desenvolvimento da Campanha seja desenvolvida ao longo de 2018. A ideia é partir do acúmulo e projetos desenvolvidos por meio do Fundo de Pequenos Projetos do Ciranda para engajar e mobilizar as comunidades e criar um ambiente amplo de debate em uma rede colaborativa estabelecida entre as comunidades em torno da visibilização de uma pauta comum entre elas para toda a população da Região Metropolitana. A campanha levará em conta o acúmulo de experiências – individuais e coletivas – adquiridas em módulos anteriores e nas oficinas oferecidas pelas outras entidades parceiras no projeto

O projeto prevê também a Criação, implementação e gestão de um Fundo de microprojetos. Desta forma lançou um edital do Fundo de Pequenos Projetos do Projeto Ciranda destinado às entidades que atuam nas áreas de abrangência do Projeto. Esse edital também foi discutido com a comunidade de Peixinhos, com presença de integrantes de coletivos e grupos de jovens da comunidade. Como estratégia de mobilização local, investimos na produção de panfletos com informações básicas e no diálogo direto com a mobilizadora do projeto e a assessora do Fundo de Pequenos Projetos, que auxiliou nas dúvidas e procedimentos. Percebemos, no entanto, que muitas pessoas a princípio animadas com a possibilidade de escrever projetos reavaliaram a proposição devido ao que consideraram como baixo valor de financiamento, argumentando que a energia para escrita e execução poderiam não compensar. Apesar disso, dialogamos sobre a desburocratização do edital e a importância de aprimorar a experiência não só de pensar e escrever, mas de construir projetos com base local.

O CCLF colaborou também na construção da identidade visual do Projeto, através de atividades com o objetivo de captar referências visuais para criação da logomarca e identidade visual do projeto Ciranda bem como do site do Projeto <https://www.cirandainfancia.org/>

Um projeto em rede, com instituições e comunidades bastante distintas apresenta-se como um desafio, no que diz respeito a capacidade de definir a exata dimensão da importância da mobilização e envolvimento das pessoas (moradores, lideranças, pais e mães, crianças e jovens), a partir de seus contextos e referências, para construir também as forças de transformação no movimento por uma primeira infância segura, saudável e acessível. O trabalho de diálogo nos territórios se apresenta, portanto, fundamental para o sucesso das ações e realização dos objetivos do Ciranda.

A equipe do CCLF tem participado das discussões internas para planejamento, tomada de decisões e posicionamento frente aos desafios do projeto Ciranda. Integrantes dos programas de Direito à Comunicação e do programa de Direito à Leitura mais diretamente, uma vez que executam atividades de objetivos específicos do projeto, mas com apoio da comunicação institucional, secretaria executiva e departamento financeiro.

As atividades do Ciranda são compartilhadas pelas redes internas de comunicação, de modo que toda a equipe pode se manter informada da evolução do projeto, envolvendo-se nos momentos em que é demandada. A partir de 2018, as ações do CCLF no Ciranda contarão com a participação de ações de formação em Orçamento Público também previstas no projeto.

• Público

- Famílias com crianças entre 0 e 6 anos, população central que acessa serviços públicos na primeira infância.
- Serviços públicos locais de atenção básica, como centros de referência da assistência social, unidades de saúde da família, escolas públicas municipais.
- Associações de moradores(as), Clubes de Mães, Cineclubes, Coletivos jovens de cultura e Grupos de práticas de lazer e esporte, organizações não-governamentais locais com atuação na infância e no direito à cidade.
- Prefeitura Municipal do Recife e Olinda, através das suas diversas secretarias, com destaque para educação, saúde, esporte e lazer, infraestrutura, transporte.
- Conselhos de Direitos, como Conselho Municipal de defesa e promoção dos direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Desenvolvimento do Recife,
- Organizações Não Governamentais e Movimentos populares do Recife que atuam na temática de direitos da criança e direito à cidade.

Quantidade de pessoas atendidas

Nas oficinas de mídia e direitos humanos participaram cerca de **80 pessoas** – 90% delas composto de crianças e adolescentes da periferia da Região Metropolitana do Recife, sendo a participação de gênero praticamente paritária.

Nas oficinas de Literatura e Direitos Humanos – **77 pessoas**, adultos, adolescentes, jovens e crianças, sendo 50 do sexo feminino e 27 do sexo masculino.

• Dia/Horário/Periodicidade:

As atividades do projeto segue um cronograma previamente realizado em conjunto com as comunidades que estão sendo atendidas pelo Projeto

• **RECURSOS HUMANOS:**

Profissão	Função no Programa	Qtidade	Carga horária semanal	Vínculo com a entidade
Jornalista	Assessora / responsável pelo Projeto na instituição	01	20 horas	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Sociólogo	Oficineiro – de oficinas de comunicação	01	Por oficina	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Biblioteconomista	Responsável pela ação da implantação das bibliotecas no Projeto	01	Por oficina / planejamento	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Assistente social	Mobilizadora local na comunidade de Peixinhos	01	20 horas	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Equipe de apoio administrativo do CCLF				

• **Abrangência Territorial:**

Região Metropolitana do Recife, nos bairros do Arruda, Ibura, e Rosa Selvagem - UR-07, todos pertencentes ao município de Recife e Peixinhos – Olinda.

• **Resultados obtidos a partir da atividade realizada:**

- Melhoria na prestação de serviços voltados a crianças na primeira infância
- Aumento do nível de participação de pessoas das comunidades
- Engajamento no planejamento urbano da cidade e prestação de serviços.

• **origem dos recursos financeiros:**

Fundação Bernard Van Leer e OAK Foundation

• **destacar se existe cobrança dos participantes atendidos:**

Todas as atividades ofertadas serão oferecidas de forma gratuitas

Parcerias do CCLF no Projeto Ciranda

- Bernard van Leer
- Oak Foundation
- ActionAid
- Usina da Imaginação
- Equipe técnica de Investigação e Ação Social - Etapas
- Mirim-Brasil
- GCASC – Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças

- Releitura - Rede de Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana do Recife
- Biblioteca do Nascedouro – Peixinhos - Olinda

3.4– PROJETO SABER E LUTA

O projeto “Saber e Luta” nasceu do desejo de potencializar e contribuir para a formação e atuação política de jovens organizadas e organizados em coletivos, grupos, movimentos de reivindicação e afirmação de direitos da Região Metropolitana do Recife. Contou com o apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço- CESE, na modalidade de dupla participação, onde parte do recurso do Projeto foi captado pela instituição através atividades festivas e da modalidade de crowdfunding (financiamento coletivo), algo que ainda até então, inédito para o CCLF.

O projeto contou com o apoio da Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras de Pernambuco, que viabilizou custeios como transporte e alimentação das e dos jovens participantes. As contrapartidas do Centro de Cultura Luiz Freire com a execução, administração, monitoramento e formação foram viabilizadas através do projeto apoiado pela Ford Foundation

O projeto foi iniciado no segundo semestre e entre julho e novembro, foram realizadas três oficinas: 1) Oficina de Direito à Educação e à Leitura ministrada pela Ekó - Educação e Cultura pelas Cartoneras do Mar; 2) Oficina de Direito à Cultura, ministrada pela Federação Pernambucana de Cineclubes (FEPEC) e 3) Oficina de Direito à Comunicação ministrada pelo Centro de Cultura Luiz Freire e pelo Terral Coletivo de Comunicação Popular.

Uma das quatro oficinas previstas inicialmente teve de ser adiada frente à indisponibilidade das parcerias que a facilitariam.

Em 30 de novembro, o Saber e Luta também realizou o seminário “Direito à Livre Manifestação” no Sindicato dos Bancários de Pernambuco. O evento contou com a participação do Centro Popular de Direitos Humanos - CPDH, da CUT Pernambuco e do MTST Pernambuco, dialogando sobre a criminalização de movimentos sociais a partir das vertentes de cada entidade participante.

Cada oficina do projeto Saber e Luta teve, em média, a participação de 15 jovens dos 13 coletivos inscritos no projeto. O seminário envolveu cerca de 40 pessoas, em sua maioria, integrantes de movimentos sociais.

Também participamos da facilitação da roda de diálogo sobre “Mídia, mulheres e drogas” em encontro formativo do curso “Mulheres negras e populares pela reforma da política de drogas”, realizado pela Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, em 12 de agosto, no Recife, com público formado por 25 mulheres – cis e transgênero – de diversos segmentos sociais e negras em sua ampla maioria.

• quantidade de pessoas atendidas:

Público Direto: jovens participantes de 10 coletivos da Região Metropolitana do Recife,

Público Indireto: comunidades pobres do Grande Recife onde os/as jovens atuam.

• **DIA/HORÁRIO/PERIODICIDADE:**

As oficinas foram oferecidas de acordo com a disponibilidade dos coletivos de jovens e dos facilitadores das oficinas.

• **RECURSOS HUMANOS:**

Profissão	Função no Programa	Quantidade	Carga horária semanal	Vínculo com a entidade
Jornalista	Coordenadora	01	Por oficina e/ou seminário	MEI
Jornalista	mobilizadora	01	Por oficina e/ou seminário	MEI
estudante	Estagiaria do programa de comunicação	01	Por oficina e/ou seminário	bolsa estágio
Apoio da equipe administrativa				

• **abrangência territorial:**

Região Metropolitana do Recife

• **resultados obtidos a partir da atividade realizada:**

Oficinas de direitos humanos realizadas, com os temas e direto à leitura, direito à comunicação, direito à cultura, à direito à Cidade e Intervenção social realizadas

40 jovens sensibilizadas/os para os temas trabalhados de direitos humanos

Coletivos juvenis do Grande Recife em diálogo integrados

• **destacar se as atividades são gratuitas para os usuários**

Todas as atividades ofertadas foram oferecidas de forma gratuita

Parcerias:

- Coordenadoria Ecumênica de Serviço- CESE
- Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras de Pernambuco
- Ekó - Educação e Cultura
- Cartoneras do Mar
- Federação Pernambucana de Cineclubes (FEPEC)
- Terral Coletivo de Comunicação Popular.
- Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
- Centro Popular de Direitos Humanos – CPDH
- Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Pernambuco - MTST PE

4 - PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE CONHECIMENTOS

Publicações

O CCLF tem por objetivo a produção e democratização do conhecimento, desde a sua fundação. A produção de conhecimentos no CCLF é entendida como forma de qualificar suas práticas e de subsidiar políticas públicas.

Por isso, sistematiza, organiza e edita publicações a partir de suas práticas e reflexões cotidianas. São revistas, cartilhas e livros que abordam questões que norteiam atuação do CCLF, relacionadas aos processos de democratização e desenvolvimento da sociedade, através da promoção e defesa dos direitos humanos.

Dentro desta perspectiva, as publicações trazem informações, reflexões, relatos de experiências, referenciais metodológicos e posicionamentos políticos dentro dos seguintes temas e áreas de atuação: Educação, Comunicação, Cultura, Orçamento Público, Políticas Públicas, Desenvolvimento Local de Comunidades Urbanas e Tradicionais, principalmente Indígenas e Quilombolas.

As publicações do CCLF são distribuídas gratuitamente para públicos dirigidos e segmentados dentro da temática abordada e ainda, de acordo com a disponibilidade da tiragem, para os interessados que entram em contato com a instituição.

O acervo produzido, coproduzido ou organizado pelo Centro de Cultura Luiz Freire ao longo desses 45 anos de existência, num total de Setenta publicações podem ser encontrado na biblioteca da instituição e agora também, em nosso site institucional. Essas publicações podem ser consultadas online e baixadas para consulta e impressão, desde que citado a fonte.

Nos últimos três anos, o CCLF desenvolveu uma nova metodologia para a sistematização e disseminação de saberes, consolidado na série de publicações denominadas “**No Centro do Debate**”. Realizadas a partir da organização de Rodas de Diálogo, cada uma com cerca de 30 participantes, discutindo temas específicos: políticas de leitura, direito à educação e direito à cidade. Participaram dos debates (todos abertos), além de convidados, representantes do poder público, academia e sociedade civil. O resultado a publicação da Revista que saiu com os seguintes temas:

- “As bibliotecas comunitárias e a construção do direito à leitura” – nº 1;
- “Ação pela Educação – Como os planos nacionais, estaduais e municipais podem garantir (ou não) o direito à educação para todos e todas” – nº 2;
- “Direito à Cidade – A peleja de cidadãos e cidadãs contra a sede insaciável do mercado imobiliário” – nº 3; e
- “ O contexto dos direitos humanos em Olinda”, como a nº 4 – Lançada em fevereiro de 2017. Nosso objetivo com essa publicação inédita, ao abordar o contexto atual dos direitos humanos na cidade de Olinda foi fornecer um instrumento à sociedade civil local que servisse para pautar a nova gestão da Prefeitura de Olinda. Nesse sentido, realizamos uma ampla distribuição dos mil exemplares produzidos entre organizações não-governamentais, órgãos do poder público, comunidades e ativistas locais. Também na ocasião de uma reunião do CCLF com o prefeito, apresentamos a revista e entregamos o material ao chefe do governo municipal e sua equipe de assessores e secretários.

A edição, que teve como ponto de partida um debate realizado com diversos setores

da sociedade civil local em 2016, passou por um considerável processo de reformulações diante das exigências impostas tanto pelo momento nacional de ruptura democrática e ataque contra direitos sociais historicamente conquistados quanto pelas indefinições trazidas pelas últimas eleições municipais. Como resultado, conseguimos consolidar um importante acúmulo sobre os reflexos no município de problemas mais amplos da sociedade brasileira – como o genocídio da juventude negra das periferias, a violência policial, a homofobia, o congelamento de investimentos sociais produzido pela aprovação da PEC 55 e violações de direitos pela mídia – e registros sobre o estado da arte de políticas públicas locais importantes para a efetivação de direitos na cidade – como a construção do Plano Municipal de Direitos Humanos, a escassez orçamentária em ações que visam a redução de desigualdades, a situação de abandono de equipamentos culturais na cidade, a falta de transparência no Poder Legislativo olindense e a luta de entidades do bairro de Peixinhos contra a vitimização de jovens pela violência urbana.

Também ao longo do ano de 2017, realizamos também uma distribuição sistemática do livro “Sobre a Mídia que queremos - Comunicação Pública , Direitos Humanos & Democracia”, produzido com recursos do projeto anterior estabelecido com a Ford Foundation e a parceria da Universidade Católica de Pernambuco. Foram enviados dois exemplares para cada departamento de cursos de comunicação social das universidades públicas brasileiras e institutos federais de ensino técnico, acompanhados da terceira edição da revista No Centro do Debate; além de doações para todas bibliotecas integrantes da Rede de Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana do Recife (Releitura) e outras distribuições ocasionais.

No primeiro semestre de 2017 também foram finalizados e distribuído o livro: **“Kapinawá: território, memórias e saberes”** – publicação resultante do Projeto/Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) junto ao povo Kapinawá, mas que é resultante, para além deste Projeto especificamente, de mais de trinta anos de atuação e de, aproximadamente, vinte anos de trabalho do CCLF em Educação Escolar Indígena com esse povo que, a partir da retomada de seu Território Tradicional, também retomou o seu processo de escolarização.

O segundo livro resultante desta mesma experiência: **“O tempo e a terra: Mapeando o Território Indígena Kapinawá”** que trata da descrição sucinta da ocupação indígena Kapinawá suas características socioambientais, entorno, organização social e política; histórico de formação da Terra Indígena, principais atividades produtivas, histórico das questões fundiárias e conflitos existentes; principais parcerias existentes entre os indígenas e as comunidades do entorno não foi impressa, pela limitação de recursos do projeto, mas foi lançada em versão digital e pode ser acessada no site do CCLF.

Ao longo do segundo semestre de 2017, ano dos 45 anos do CCLF foi deflagrado o processo para fazer um registro sistematizado da história de nossa organização. Uma série de entrevistas e contatos com antigos colaboradores, parceiros e financiadores, bem como levantamento de informações e imagens históricas foram levantadas e resultaram na publicação: **“Existir e Resistir: 45 anos de luta pela radicalização da democracia”**. Ao findar do ano o livro encontrava-se em vias de conclusão para ser lançado em 2018. Serão impressos mil exemplares que terão distribuição planejada, além de versão digital disponível gratuitamente no site do CCLF.

Produção de Vídeos e Documentários - Através da TV Viva, o CCLF promove a visibilidade e participa da cena cultural pernambucana; registra e divulga ações de diferentes atores sociais, através da produção de vídeos e documentários, exibidos em praças e outros espaços públicos. Grande parte do acervo da TV VIVA foi digitalizado e arquivados em um banco de dados. Os vídeos da TV VIVA podem ser copiados e livremente utilizados, desde que sem fins lucrativos e citada a origem. Podem ser acessados atualmente pelo Youtube, no endereço: https://www.youtube.com/results?search_query=tv+viva+olinda também pelo site do CCLF: <http://cclf.org.br/tv-viva/>

• PÚBLICO

Grupos politicamente organizados, estudantes, professores, entidades da sociedade civil de Olinda, de Pernambuco e todo país; o Estado; universidades públicas, institutos federais de ensino técnico e bibliotecas comunitárias; e a sociedade em geral.

• RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DAS ATIVIDADE REALIZADAS:

- A quarta edição da revista “No Centro do Debate” teve todos seus mil exemplares impressos distribuídos entre a população e entidades de Olinda em apenas quatro meses. Ela fundamentou o processo de rearticulação do Fórum de Entidades da Sociedade Civil de Olinda (Fesco).
- Setenta publicações produzidas, coproduzidas ou organizadas pelo Centro de Cultura Luiz Freire foram digitalizadas e disponibilizadas em nosso site institucional.
- Dezenas de universidades públicas, institutos federais de ensino técnico e bibliotecas comunitárias de todo o Brasil receberam publicações recentemente produzidas pelo CCLF.
- A entrega do material impresso, livro sobre o mapeamento do território do povo Kapinawá, visa auxiliar nas atividades práticas para a gestão compartilhada do território, pois a partir das publicações, os resultados do Projeto serão disponibilizados para vários públicos, a exemplo de estudantes de todos os níveis e público em geral interessado na temática.
- Levantamento de informações relevantes sobre a história dos 45 anos do Centro Luiz Freire para a publicação comemorativa a esta data em livro que será lançado em 2018.
- Divulgação de pautas de nossa atuação e da sociedade civil presente nas redes sociais.

• ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS:

- Fundação Ford – revistas no Centro do Debate, Livro “Sobre a Mídia que queremos”, livro sobre a história dos 45 anos do CCLF e na remuneração da equipe que trabalha no Programa de Comunicação e nos veículos institucionais de comunicação: site e fanpage;
- Edital Fundo Clima, com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Convênio com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) no que se refere a produção das publicação indígenas Kapinawá.
- recursos próprios no que se refere a alimentação e digitalização do acervo da TV Viva;

• DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Todas as publicações são distribuídas de forma gratuita.

Os vídeos da TV Viva também podem ser copiados e livremente utilizados, desde que sem fins lucrativos e citada a origem.

5. PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO E INCIDÊNCIA SOCIAL PELO DIREITO HUMANO À CULTURA

5.1 - MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS NO SÍTIO HISTÓRICO OLINDA

O quintal do Centro de Cultura Luiz Freire e toda a estrutura da sede do CCLF, situada no sítio histórico da cidade de Olinda, ao longo destes 45 anos de atuação, sempre foi palco das mais diversas atividades de natureza pedagógica e cultural.

Nos últimos anos o CCLF começou a receber uma demanda espontânea de grupos, artistas, professores para promover e/ou participar de atividades em nosso espaço. Essa demanda, gerou uma ênfase na promoção de atividades culturais em nosso quintal e em diversos locais da sede: no Café, na Biblioteca, nas salas que são multifuncionais, recebendo desde aulas de Yoga até ensaios de grupos de teatro.

Em 2017 não foi diferente e recebemos vários projetos no Centro, nossos ou em parceria com outros grupos, entidades, artistas e/ou profissionais autônomos:

- **2º Encontro de Capoeira Angola “Vai dizer a dendê tem homem, menino e mulher”** - realizado de 11 a 13 de março. Com objetivo de fortalecer as mulheres na capoeira, buscando uma cumplicidade de reflexão, de luta e de empoderamento do protagonismo feminino na capoeira em Pernambuco. O encontro contou com a participação da Mestra Gege Poggi do Rio de Janeiro e tendo na Coordenação do encontro a mestra Di de Olinda. A abertura do evento contou com uma Mesa de Saberes sobre “Ser mulher, ser negra no país da exclusão” com a presença de Beth de Oxum, Dina Alves do Coletivo Adelinas, Aline Nunes e Cecília Godói.

- **Coletivo Cabelação** - Coletivo de mulheres negras que juntamente com uma das edições do cineclube contemplou o lançamento do projeto “Flores de Baobá”. Trata-se de uma ação de intervenções urbanas voltadas para a visibilidade das mulheres negras que divulgam o perfil de 12 mulheres (trans e cis) através lambe-lambes (também produzidos com a utilização do espaço do CCLF) que contemplam yalorixás, professoras, agricultoras, mestras de capoeira, fotógrafas, enfermeiras, yabassés, advogadas, poetas, pesquisadoras, atrizes, escritoras, militantes e intelectuais

- **Cineclube Bamako** - uma iniciativa que foca as cinematografias de países do continente africano e de sua diáspora, ainda pouco difundidas no nosso país, e cinematografias negras de diversas regiões do Brasil em exibições regulares e seguidas de debate. Foram realizadas quatro edições ao longo do ano.

- **Sarau La Frida** - em setembro, o Sarau La Frida realizou sua quarta edição no espaço do Centro de Cultura Luiz Freire difundindo poesias, músicas, artes visuais produzidas por mulheres negras e nordestinas, como a poetisa Patrícia Naia, a cantora Isaac, a performer Aninha Martins e outras.

- **Espectáculo de teatro "pa(IDEIA) - pedagogia da libertação", do coletivo de teatro Grão Comum** – realizado em 31 de agosto em comemoração do aniversário de 45 anos do Centro de Cultura Luiz Freire. A peça aborda os 70 dias da prisão do educador pernambucano Paulo Freire no Recife após o golpe de 1964. Relata o exílio

do professor por 16 anos pela América Latina, Europa e África. Frente ao estado do direito à educação e da liberdade de expressão no cenário político que o Brasil enfrenta atualmente, o CCLF optou por proporcionar aos seus 30 convidados e convidadas uma reflexão em que educação e política se fundem.

- **XepaCult - Mostra Mensal de Gastronomia de Comunidades Tradicionais de Pernambuco** - Projeto idealizado e realizado pela pesquisadora e ecochef Mônica Jácome, com apoio do Funcultura - Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura. O CCLF foi procurado pelo projeto para receber algumas edições do Projeto que contava com comida. A proposta da Mostra XepaCult é estimular o consumo consciente, a partir da valorização do patrimônio gastronômico de comunidades quilombolas e povos indígenas de Pernambuco, uma vez que a cada mês duas mestras cozinheiras de povos tradicionais são chamadas para aplicarem seus conhecimentos em recriações de pratos tradicionais utilizando a xepa, cozinhando juntamente com a Ecochef os alimentos oriundos da Xepa da feira orgânica. A xepa é tudo o que não é vendido na feira, são alimentos bons para consumo, mas que são descartados como lixo por terem partes amadurecidas, por exemplo. A Mostra ainda reuniu música com o Mestre Nado e família e fotografia. O CCLF recebeu os primeiros três eventos nos meses de agosto, setembro e outubro.

- **Oficina de introdução ao Coco de Sala** - ministrada pelo Mestre Zezinho de Casa Amarela, também reafirmou a cultura popular tradicional no espaço do CCLF. Realizado no dia 1º de outubro, seguiu o formato de contribuição espontânea por parte das e dos participantes.

- **Festa junina “Arraiá de Seu Luiz Freire”** – também foi realizado através de contribuição espontânea e resultou em enorme sucesso de público. Aconteceu no dia 1º de julho.

- **Mesa de Samba Autoral** - em 29 de julho, o coletivo Mesa de Samba Autoral promoveu uma roda de samba no quintal do CCLF, trazendo quatro compositores e intérpretes: Paulo Perdigão, Manuelzinho da Gigante, Neguinho da Samarina e Dona Selma do Samba. O evento contou com um público visitante de aproximadamente 150 pessoas.

- **Festival de Inverno de Olinda (FIO)** em agosto onde recebeu o show da **banda Ley Line (EUA)**. Quarteto musical de mulheres texanas em turnê no Brasil. Elas combinam as vozes, cantam em diversos idiomas e dialetos, violão rítmico, ukulele, contrabaixo acústico e vários instrumentos percussivos. Do Coco de Roda ao Swahili Gospel, Ley Line une as influências das pessoas e lugares por onde cada integrante tenha passado.

- **Show das Bandas Recifense Mombojó e Marsa** também no mês de agosto, reuniu uma turma jovem no quintal do CCLF.

- **Show da Banda Forró na Caixa** – aconteceu em setembro com esse grupo de Forró de Rabeca, gênero musical genuinamente pernambucano que realiza baile de forró desde 2012 nas cidades de Recife e Olinda. Composto por cinco artistas da música, da dança e da poesia, o Forró na Caixa tem na rabeca, voz principal e pedais de efeitos. Além dos instrumentos musicais e voz, o grupo realiza os passos e coreografias do Cavalo Marinho em conjunto com o público durante espetáculo. No repertório, músicas

autorais, instrumentais, domínio público, tradição oral e releitura de clássicos da MPB no balanço da rabela. O show teve ingresso bastante acessível e por já ser um grupo bastante conhecido na cena loca, teve um bom público.

- **Ensaio aberto do Boi Chatim com a participação de Dinda Salu e do grupo musical “O Terno Alinhado”** – aconteceu em setembro num ensaio aberto do Grupo de Estudos em Cavalinho Boi Chatim que contou com muitas figuras, danças e toadas, com muita ênfase na cultura pernambucana. **No repertório uma variedade de forró, sambas e toadas de Cavalinho, entre outras músicas da tradição oral, composições autorais e instrumentais.**

- **1ª Mostra de Moda em Olinda (MOMO)** – O CCLF também recebeu em setembro atividades de discussão, oficinas e exposições que marcaram a programação da 1ª MOMO - entre os dias 28 e 29 e no encerramento trouxe a apresentação intimista da cantora canadense Nicole Horsford.

- **Exposição Fotográfica “Pequeno Encontro de Fotografia de Olinda** – O CCLF foi um dos pólos desta mostra fotográfica que ocorreu nos dias 10, 11 e 12 de novembro.

Outras atividades continuam acontecendo de forma permanente e num processo formativo e de auto cuidado:

Curso de Terapia Comunitária - Terapia Comunitária Integrativa ou TCI é uma metodologia criada há cerca de 20 anos pelo psiquiatra e antropólogo Prof. Dr. Adalberto Barreto, da Universidade Federal do Ceará. Ela vem sendo aplicada no Brasil e em vários países nas mais diversas áreas, tais como a social, de saúde e educação. A Roda de TCI é um espaço de acolhimento e de partilha de sentimentos e experiências de vida. Mobiliza recursos e competências das pessoas por meio da ação terapêutica do próprio grupo, estimulando a formação de uma rede social solidária para enfrentar os problemas do cotidiano. É um procedimento terapêutico de fácil acesso e viável para grupos de todos os tamanhos.

O CCLF recebe há alguns anos o curso de formação para pessoas que desejam se aprofundar na metodologia da TCI. O curso acontece anualmente, as aulas são mensais envolvendo um final de semana por mês. O CCLF disponibiliza sua infraestrutura para acolher a equipe da AquariusNac – Saúde Integral que ministra o curso.

Aulas de Yoga – realizadas em parceria com profissionais da área de cuidado ao corpo. Essa atividade proporciona uma integração maior com moradores do sítio histórico e de outros bairros da RMR que (re)descobrem no CCLF um local para atividades não só educativas, formativas e culturais, mas também de cuidados com a saúde.

Confecção de Rabecas - em 2014 se instalou no espaço do CCLF, a Oficina da Rabeca de Olinda. Dois jovens mestres rabequeiros, realizam esse belo resgate da cultura da construção deste instrumento tão significativo para a cultura popular, num espaço físico antes subutilizado no quintal do Centro. Além da Produção de rabeca e outros instrumentos musicais, a dupla de rabequeiros, vem incorporando grupos de cultura popular nas atividades realizadas pelo CCLF, a exemplo de grupos de coco e forró e nas festividades juninas, onde culminou no São João do Centro, com o “Arriá da Resistência”, com o Grupo Os Rasta PE.

Grupo Totem (teatro/dança/performance/ritual) - Grupo que utiliza as instalações do CCLF para suas produções culturais desde 2014;

Curso de Produção Cultural “Método Canavial” - ministrado pelo produtor e consultor de políticas culturais Afonso Oliveira entre os meses de agosto de 2017 a janeiro de 2018 no CCLF voltado para produtores culturais de Olinda. O método Canavial foi criado em 2008 por Afonso Oliveira, no município de Aliança, como forma de ensino da produção cultural em apoio a política cultural de valorização da cultura popular da Zona da Mata pernambucana. É um método de produção coletiva e comunitária que alcançou resultados expressivos na região. Em seis anos os produtores formados pelo Método Canavial alcançaram a marca de 28 milhões de reais em projetos culturais aprovados e executados. O Método virou livro patrocinado pelo Funcultura em 2010 e recebeu o prêmio Economia da Cultura do Ministério da Cultura. Por ser um método aberto o curso foi aplicado em vários municípios de Pernambuco e na Universidade do Estado da Bahia em 2015 como curso especial. O Curso foi dividido em três módulos. Módulo 1 (Método Canavial); Módulo 2 (Projetos Culturais); Módulo 3 (Grupos e Agência de Projetos). No módulo três todos os participantes preparam seus projetos para concorrer em editais de cultura.

Aulas de Capoeira Angola ministrada pela Mestra Di de Olinda - o grupo utiliza as instalações do CCLF para as aulas as quintas feiras a noite.

Grupo de Estudo de Cavalo Marinho Boi Chatin – O grupo utiliza as instalações do CCLF para seus ensaios abertos sempre as quartas feiras a noite.

O Boi Chatim surgiu no ano de 2016, da necessidade e vontade de algumas pessoas que moram na Região Metropolitana do Recife de estudar a brincadeira do Cavalo Marinho de forma mais complexa, abrangendo todos os elementos do brinquedo: a dança, a poesia, a música, o teatro, etc.; além de "montar" todos os elementos do folguedo, de forma a estudá-lo da mesma forma que se brinca.

• PÚBLICO

Grupos politicamente organizados, estudantes, professores, entidades da sociedade civil de Olinda e da Região Metropolitana do Recife; moradores do sítio histórico de Olinda e a sociedade em geral.

Cine Bamako - As edições reuniram um público de cerca de 120 pessoas

Sarau La Frida – o evento reuniu aproximadamente 70 pessoas.

Espectáculo de teatro "pa(IDEIA) - pedagogia da libertação", do coletivo de teatro Grão Comum –30 convidados/as

03 edições do Xepacult no CCLF mobilizaram um público estimado em 180 pessoas
oficina de introdução ao Coco de Sala - reuniu 25 pessoas

Festa Junina “Arraiá de Seu Luiz Freire” – aproximadamente 400 pessoas

Mesa de Samba Autoral - aproximadamente 150 pessoas.

Shows de músicos consagrados como a banda texana feminina Ley Line (EUA), Mombojó, Marsa e Forró na Caixa, – juntos – somam uma estimativa de público de 800 pessoas.

• RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DAS ATIVIDADE REALIZADAS:

A abertura da infraestrutura do CCLF para atividades artísticas diversas, não só reforça a natureza primeira da instituição enquanto um Centro de Cultura, como também

integra essas ações em discussões políticas e de incidência nessa área.

• **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

As atividades culturais que acontecem no Centro de Cultura Luiz Freire, geralmente são fruto de parcerias com grupos, produtores locais ou entidades similares ao CCLF. Em alguns eventos a natureza é de cessão ou locação de espaço, por termos um quintal que acomoda até 600 pessoas com conforto e garantia e o retorno financeiro destas atividades é revertida para a manutenção da sede.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto nacional tem impactado o trabalho não só do Centro de Cultura Luiz Freire como também de diversas outras entidades da sociedade civil em todo o país. Não só pela necessidade de rearticularmos as forças progressistas no país para impedir graves retrocessos que se desenham, como também pela urgência de se adequar ações e metas aos retrocessos que já estão em vigor. Nesse quadro de insegurança e de profunda crise nas instituições brasileiras, o CCLF tem respondido com o engajamento e denúncia das regressões sociais, do perigoso esfacelamento da esfera pública e na resistência para retomada da democracia a partir das bases sociais – como demonstramos no fortalecimento de iniciativas comunitárias nas áreas de educação, cultura e comunicação e a rearticulação do Fórum das Entidades da Sociedade Civil de Olinda, reconhecendo a importância da consolidação da organização popular no âmbito local e a articulação nos âmbitos estadual e nacional. Ironicamente, em pleno marco dos seus 45 anos, a instituição encontra um cenário em que seu passado e seu futuro confundem-se e demonstram que a superação da realidade brasileira de extrema desigualdade só é possível com a radicalização da democracia e defesa e garantia dos direitos humanos. Por outro lado, tal contexto deveria apontar – em teoria – para o crescimento das ONGs de direitos, como alternativa política além das instituições partidárias, desacreditadas por grande parte da população. Infelizmente, tal quadro permanece nebuloso para o Terceiro Setor com potencial favorecimento de perspectivas pessimistas, visto a evidente ausência de bases para uma cultura política democrática no país. Isso, porém, apenas nos dá uma melhor noção dos desafios a serem enfrentados. Pois, o que o histórico de uma organização reconhecida por seu papel na formação política da população local como o CCLF ensina é que a luta não é uma opção no Brasil.

A tarefa hercúlea na busca pela sustentabilidade financeira através de processos independentes e autônomos de mobilização de recursos para uma organização de direito na realidade brasileira somente é superada pela nossa vontade de contribuir, por mais 45 anos, para a transformação dessa realidade.

Mesmo com uma equipe bastante reduzida em fase dos novos tempos, com o último apoio institucional, o CCLF buscou intensificar a incidência do CCLF e o (re)conhecimento do seu histórico e ações por mais e mais pessoas – sendo encarado como um exemplo de resistência por muitos que o conhecem. É certo que contamos hoje com uma rede mais ampla de apoio e adesão às pautas que defendemos e o potencial agregado por produtos que estão por ser concluídos ou foram completados recentemente – como é o caso da publicação sobre nossos 45 anos de história e os sites recém reformulados. Como um dos maiores aprendizados desta experiência, encontra-se a compreensão da capacidade de resiliência das associações que lutam

por uma verdadeira democracia em nosso país. Em abordagens iniciais a possíveis novos financiadores e no intercâmbio com outras entidades da sociedade civil, é evidente o interesse despertado por uma instituição cuja história é tão rica e funde-se – em muitos momentos – com a da própria luta por democracia no país. O Centro de Cultura Luiz Freire possui um raro acúmulo de experiências em incidência social, o que realça uma representação viva que muitos têm da entidade: “escola de formação política da sociedade”.

A valorização da transversalidade, interdependência entre as áreas dos direitos humanos e o diálogo com setores bem diversos da sociedade – características do fazer político do CCLF – também abrem portas para a elaboração de propostas inovadoras para a incidência, local e nacionalmente, que ainda têm muito a contribuir para a retomada da consolidação da democracia brasileira em um momento de crise. Embora lidemos com perspectivas ainda indefinidas, sustentamos a certeza do lema da nossa campanha institucional: na luta por direitos, a existência é resistência.

Olinda-Pernambuco, dezembro de 2017

Aldenice Rodrigues Teixeira
Presidente do Conselho Diretor
Centro de Cultura Professor Luiz Freire